



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 039/040

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democrata

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 039

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofícios..... 04

Indicações 04

Requerimentos 08

Projetos de Resolução 23

Projetos de Lei 23

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró..... 27

Dep. Elton Welter..... 28

Dep. Professor Luizão..... 29

Dep. Antonio Belinati 30

Dep. Ney Leprevost 31

Dep. Tadeu Veneri..... 32

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Range 34

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 36

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró..... 28

Dep. Elio Rusch 46

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 33

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 37

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 38

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 40

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli42

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício43

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto.....44

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse.....46

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente48

Discussão/Votação

3ª Discussão49

2ª Discussão49

1ª Discussão49

Requerimentos55

Explicações Pessoais:

Dep. Marcelo Rangel.....56

Encerramento da Sessão57

DIÁRIO Nº 040

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....

Presenças.....

Abertura da Sessão

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final.....

1ª Discussão.....

Encerramento da Sessão

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 039

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Indicações04

Requerimentos08

Projetos de Resolução23

Projetos de Lei.....23

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró27

Dep. Elton Welter28

Dep. Professor Luizão29

Dep. Antonio Belinati.....30

Dep. Ney Leprevost.....31

Dep. Tadeu Veneri32

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel.....34

Dep. Luiz Eduardo Cheida36

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró28

Dep. Elio Rusch.....46

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 33

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 37

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 38

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 40

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 42

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício..... 43

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 44

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse 46

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 48

Discussão/Votação

3ª Discussão 49

2ª Discussão 49

1ª Discussão 49

Requerimentos..... 55

Explicações Pessoais:

Dep. Marcelo Rangel 56

Encerramento da Sessão57

DIÁRIO Nº 039

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE ABRIL DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos

Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 190/2008/IAP/GP do Sr. Victor Hugo Ribeiro Burko - Diretor - Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Elio Rusch, que solicita esclarecimentos sobre o uso de bombas dissipadoras de chuva. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 890/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que solicita esclarecimentos sobre a escrituração contábil dos valores recebidos nos anos de 2003, 2004 e 2005, na rubrica operações de crédito externo/outras do Paraná Urbano II-BID. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 403/Gab CG da Sra. Major QOPM Karin Denise Krasinski - Responsável pela Assistência do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, em

resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Edson Strapasson, que solicita esclarecimentos sobre o número de efetivo de policiais militares em algumas cidades do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 091/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a manutenção da PR-468 no trecho da rodovia que liga os municípios de Janiópolis e Boa Esperança.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado por moradores da localidade, onde nos relatam e pedem empenho na solução do problema que atinge aquela comunidade.

II - Requer-se a manutenção da PR-468, no trecho compreendido entre os municípios de Janiópolis e Nova Esperança.

III - A estrada, que passa no centro do município de Janiópolis, encontra-se muito danificada e que em dias de chuva os problemas se agravam.

IV - Pondera-se, ainda, que neste trecho passam muitos caminhões, devido à época de safra, o que ajuda, e muito, na deterioração da rodovia. Este atendimento é de extrema necessidade pois vem colocando em risco a saúde dos moradores e também dos motoristas.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 092/08

SÚMULA:

Propõe uma atenção especial ao grave problema da falta de contingente de policiais e ronda ostensiva no município de Janiópolis.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de policiais civis e militares no município de Janiópolis;

II - Notícias vindas da população local nos dão conta de que vários policiais se aposentaram e ainda não foram repostos pelo Governo do Estado.

III - Esta é uma reivindicação antiga dos moradores e em especial nestes últimos tempos onde têm sido freqüentes os delitos.

VI - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade do município.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 093/08

SÚMULA:

Propõe atenção especial e atendimento às necessidades do Colégio Estadual Olavo Bilac no município de Cambé.

Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial às necessidades apresentadas pelo Colégio Estadual Olavo Bilac, no município de Cambé, por apresentar graves problemas e necessitar urgentemente da realização de reformas.

II - Integrantes da administração da escola nos relatam a situação caótica que está se formando e relatos da comunidade nos dão conta de sua veracidade.

III - Recebemos em nosso gabinete diversos pedidos para que atuem na sensibilização de nossos administradores para tal situação e como representantes públicos é nosso dever dar ouvidos às necessidades que se apresentam à nossa frente.

IV - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de centenas de paranaenses que necessitam de instalações condizentes para prosseguirem com seus estudos.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 094/08

SÚMULA:

Propõe uma atenção especial ao grave problema da falta de contingente de policiais e ronda ostensiva no município de Goioerê.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de policiais civis e militares no município de Goioerê;

II - Em atendimento ao pedido recorrente da comunidade local onde nos dão conta de que vários policiais ao se afastarem não são repostos pelo Governo do Estado.

III - Esta é uma reivindicação antiga dos moradores e em especial nestes últimos tempos onde têm sido freqüentes os delitos.

IV - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade do município.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 095/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a construção de trevo para acesso do Complexo Regional Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado pela ACAMDOZE - Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze, onde nos pede empenho em pleitear junto a esta secretaria para que se libere recursos ou se proceda parcerias para a construção de trevo para acesso do Complexo Regional Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, junto a rodovia que liga o município de Campo Mourão à Araruna.

II - O ofício citado nos informa a existência de processo protocolado sob o n° 9271885 de 03/05/07, junto a esta administração estadual.

III - Lembramos que a Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão atende a população de toda a microrregião Doze.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.04.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 096/08

SÚMULA:

Propõe a reversão ao município de São Miguel do Iguaçu, da doação do imóvel que sediava o Fórum da Comarca.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no

artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, a reversão ao município de São Miguel do Iguaçu, da doação do imóvel que sediava o antigo Fórum, constituído pelos lotes urbanos n.ºs 09 e 10 da quadra n.º 93, totalizando 1.503,00 m², situados no município, constantes das matrículas n.ºs 3672 e 3673, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Nos lotes acima especificados, doados pelo município de São Miguel do Iguaçu em 1977 ao estado do Paraná, com o apoio da comunidade foi construído um prédio para abrigar o Fórum.

Atualmente a comarca de São Miguel do Iguaçu conta com novas instalações do Fórum, em outro local, e os imóveis aqui descritos não estão sendo utilizados pelo estado, havendo apenas um instrumento de cedência para o uso do município.

A reversão dos imóveis ao patrimônio do município proporcionará condições da administração municipal realizar a construção de novas instalações para atender a demanda dos serviços públicos municipais, principalmente os relacionados à cultura, ação social, e indústria e comércio, entre outros.

A presente reivindicação é formulada pelos Vereadores Agenor Perón Dorigon, Antonio Dilmar T. Mafalda, Claudiomiro da Costa Dutra, Deoclécio Paulo Conzatti, Jairo dos Anjos, Marildi Lellis Perón Fagion, Nacleto Três, Sérgio Roberto Ghellere e Valmir Frigo.

INDICAÇÃO N.º 097/08

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Castelo Branco em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná:

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

I - A realização de obras de construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Castelo Branco, em Pinhais;

2- Justificativa:

A cobertura se faz necessária para que os alunos não sejam prejudicados em suas atividades nos dias de chuva. Além do que, a comunidade utiliza este espaço nos finais de semana, por ser o único disponível, já que não existe nenhum outro espaço público para a prática de esportes nesta região.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

INDICAÇÃO N.º 098/08

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Tenente Sprenger em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná:

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

I - A realização de obras de construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Tenente Sprenger, em Pinhais;

2- Justificativa:

A cobertura se faz necessária para que os alunos não sejam prejudicados em suas atividades nos dias de chuva. Além do que, a comunidade utiliza este espaço nos finais de semana, por ser o único disponível, já que não existe nenhum outro espaço público para a prática de esportes nesta região.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

INDICAÇÃO N.º 099/08

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Arnaldo Buzato em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná:

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

I - A realização de obras de construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Arnaldo Buzato, em Pinhais;

2- Justificativa:

A cobertura se faz necessária para que os alunos não sejam prejudicados em suas atividades nos dias de chuva. Além do que, a comunidade utiliza este espaço nos finais de semana, por ser o único disponível, já que não existe nenhum outro espaço público para a prática de esportes nesta região.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

INDICAÇÃO N.º 100/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a construção de dois trevos para acesso ao Parque Industrial, onde está sendo instalado o Complexo Industrial da Frangobras, de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado pela ACAMDOZE - Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze, onde nos pede empenho em pleitear junto a esta secretaria para que se libere recursos ou se proceda parcerias para a construção de dois trevos para acesso ao Parque Industrial, onde está sendo instalado o Complexo Industrial da Frangobras que deverá.

II - O primeiro trevo de acesso é o da rodovia que liga o município de Campo Mourão a Araruna.

III - O segundo trevo de acesso é o da Estrada da Boiadeira, que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste.

IV - O ofício citado nos informa a existência de processo protocolado sob o nº 9271887 de 03/05/07, junto a esta administração estadual.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.04.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 101/08

SÚMULA:

Propõem a instalação de um poço artesiano na comunidade Santa Terezinha, no município de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realiza a instalação de um poço artesiano na localidade denominada comunidade Santa Terezinha, no município de Campo Mourão.

II - Em atendimento ao ofício que nos foi encaminhado pela Câmara Municipal de Campo Mourão informamos que esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade que até os dias atuais não contam com água potável canalizada.

III - O atendimento proporcionará uma melhora significativa na qualidade da água utilizada pela comunidade, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

IV - Portanto estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.04.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 102/08

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao grave problema da falta de contingente de policiais e ronda ostensiva no município de Roncador.

Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de policiais civis e militares no município de Roncador;

II - A Câmara Municipal de Roncador nos encaminhou um ofício expondo a trágica situação vivida pelo município no que tange aos serviços prestados pela patrulha escolar.

III - Atualmente existem apenas cinco policiais lotados no destacamento da cidade, sendo que um deles se encontra em licença para tratamento de saúde e outro em férias, restando apenas três policiais para fazer a cobertura de toda a cidade e ainda um distrito e mais 25 comunidades rurais.

IV - O município possui um colégio com aproximadamente 2.000 alunos, além de ao todo possuir quatro colégios estaduais sendo dois na cidade de Roncador, um no distrito de Alto São João que fica a 25 quilômetros da cidade e um na Comunidade Palmital do 43, em uma distância aproximada de 20 quilômetros da cidade.

V - Esta é uma reivindicação antiga dos moradores e em especial nestes últimos tempos onde têm sido frequentes os delitos.

VI - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 103/08

SÚMULA:

Propõem a instalação de três poços artesianos nas Comunidades Rurais de Comissária/Pedra Furada, Braganópolis e Água do Belém, no município de Janiópolis.

Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize a instalação de três poços artesianos nas localidades denominadas Comunidades Rurais de Comissária/Pedra Furada, Braganópolis e Água do Belém, no município de Janiópolis.

II - Em atendimento ao ofício que nos foi encaminhado pela Câmara Municipal de Janiópolis informamos que esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade que até os dias atuais não contam com água potável canalizada.

III - Informamos, ainda, que a solicitação tem por objetivo beneficiar diretamente 27 (vinte e sete) famílias da localidade Comissário/Pedra Furada, 75 (setenta e cinco) famílias de Braganópolis e 15 (quinze) famílias de Água do Belém, que são pequenos produtores rurais da agricultura familiar.

IV - O atendimento proporcionará uma melhora significativa na qualidade da água utilizada pela comunidade, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

V - Portanto estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 104/08

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento ao Programa Municipal de Inseminação Artificial do município de Janiópolis.

Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela Câmara Municipal de Janiópolis, que nos solicita, por ofício, empenho na busca de recursos financeiros para a aquisição de um veículo novo ou usado, ou que lhes seja concedido um em regime de cessão de uso.

II - O ofício nos informa, ainda, que este pleito visa atender diretamente 100 (cem) famílias de produtores rurais que se dedicam a atividade leiteira.

III - É importante destacar que o referido programa municipal encontra-se em plena atividade desde 1998 e conta com diversos botijões e equipamentos, como diversos inseminadores capacitados para uso da prática da inseminação artificial.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 105/08

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial para a implantação de Sistema de Abastecimento Comunitário de Água no município de Janiópolis.

Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela Câmara Municipal de Janiópolis, que nos solicita, por ofício, empenho na busca de recursos financeiros no montante de R\$ 136 mil para o custeio de implantação de Sistema e Abastecimento Comunitário de Água Adutora/Distribuição, Moto-bomba/Captação e Reservatório nas comunidades rurais de Amantino/Fazenda Paraná/Vera Cruz e São Roque/Água Grande/Quinca.

II - O ofício nos informa, ainda, que este pleito visa atender diretamente 40 (quarenta) famílias em Amantino/Fazenda Paraná/Vera Cruz e 52 (cinquenta e duas) famílias em São Roque/Água Grande/Quinca, que atualmente encontram-se com baixa oferta de água de boa qualidade para consumo humano e agrícola.

III - É importante destacar, ainda, que as comunidades rurais acima citadas possuem 02 (dois) poços sem-artesianos perfurados com vazão suficiente para o atendimento da demanda de água e com a qualidade necessária.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 097/08 - oriundo da Mensagem nº 008/08, que dispõe sobre a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais solicita que seja autorizada a realização de Audiência Pública para discutir a normatização das práticas de conservação ambiental da agricultura familiar e comunidades tradicionais da Lei da Mata Atlântica, a ser realizada no dia 19/05/08, a partir das 8h30, no Plenarinho desta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja autorizada a realização de Sessão Solene comemorativa aos 25 anos de fundação da APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, na data de 05/06/08, as 17h, no Plenarinho.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A APAC é uma entidade filantrópica, sem fins econômicos, considerada de utilidade pública e que tem como objetivo a humanização do tratamento do câncer infantil.

No início da década de 80, um grupo de pais e mães de Curitiba lutavam contra o câncer de seus filhos. Nos corredores do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e do Pequeno Príncipe, eles e outras famílias de todo o país dividiam angústias e se uniam para superar as dificuldades.

Foi quando um grupo de médicos convidou estas famílias para reuniões de apoio. E no primeiro semestre de 1993, eles começaram a assistir palestras e ganhar o suporte emocional de médicos e psicólogos, além de terem atividades para, por um momento, desviarem-se das preocupações. Uma vez por semana, cerca de 20 pessoas participaram destes encontros, que eram promovidos na casa de uma missionária americana residente em Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei de nºs 487/07 e 636/07, que tinham por objetivo declarar entidades de utilidade pública, tendo em vista que as mesmas não demonstraram interesse no envio da documentação necessária para que os projetos pudessem tramitar.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 165/08 e 166/08 que institui o dia estadual do escoteiro, como sendo a data de 23 de abril.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER autorização da Assembléia Legislativa do Paraná para se ausentar do país no período de 1º a 13/05/08, com destino a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo nos dias 15/05/08 a 17/05/08 no evento Assembléia Geral da UPM ser realizado em La Plata, na Câmara de Deputados da Província de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, na forma regimental, que seja inserido na pauta de votações, a Proposição nº 136/07, de autoria do Poder Executivo, que veta integralmente o Projeto de Lei nº 221/07, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se faz ante a disponibilidade desta proposição que aguarda votação desde o dia 04/03/08 e está em condições de ser avaliado pelo douto Plenário.

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente:

A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná, presidida pelo Deputado Estadual Péricles de Mello (PT) e demais Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUE-REM, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, moção de apelo ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que reconheçam a criação do Programa de Capacitação para Docentes, oferecido pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu

(VIZIVALI), com sede em Dois Vizinhos, sudoeste do estado, com o objetivo de legalizar os diplomas de mais de 35 mil professores que concluíram o programa no Paraná.

Trata-se de uma solicitação justa e necessária. As aulas semipresenciais, com duração de dois anos, oferecidas pela VIZIVALI, começaram a ser ofertadas a partir de 2003, com autorização do Conselho Estadual de Educação.

O impasse sobre o registro dos diplomas dos professores paranaenses que concluíram o programa, ofertando o título de graduação, está causando consequências drásticas. Aproximadamente 35 mil pessoas estão sofrendo com a demora na solução do caso. São histórias de luta, de sonhos e de conquistas profissionais, que cada professor se esmerou para conseguir. Uma conquista que não mediu esforços dos alunos que acreditam na capacitação em benefício da educação. Não se discute, em nenhum momento, a qualidade do programa e das aulas dadas, comprovados pelo sistema de ensino do estado.

A demora na legalização dos diplomas já está causando sofrimento e angústia para os professores que confiaram e acreditaram na implantação do programa.

A falta dos diplomas também atinge centenas de Prefeituras. Dos 399 municípios do Paraná, aproximadamente 300 estão enfrentando problemas em legalizar os cargos e novos contratos de professores concursados que se encontram irregulares devido à falta do documento. Os professores aprovados em concursos apresentaram, até o momento, apenas certidão comprovando o término do curso. O programa da VIZIVALI contribuiu para sanar a falta de professores qualificados no estado. Os professores formados são qualificados para docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, contemplando o que determina a Lei de Diretrizes de Bases - LDB - 9394/96.

Esses milhares de professores esperam, agora, que o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação a Distância, analise o Parecer nº 1182/002 do Conselho Estadual de Educação no Paraná, que autorizou a implantação do programa no estado. O que se espera é que o Ministério reconheça a modalidade do programa.

A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná assumiu essa luta, e com representantes das entidades envolvidas diretamente no processo, criou uma Comissão Especial para defender os direitos desses milhares de professores.

A Comissão paranaense contou com o apoio do Deputado Federal Ângelo Vanhoni (PT) para agendar audiências, no MEC, em Brasília. A primeira, no dia 26 de março passado, foi com o coordenador geral de Orientação e Controle da Secretaria de Educação Superior do MEC, Jorge Augusto Pereira Gregory. O mesmo grupo voltou a se encontrar, nos dias 15 e 16 de abril, com o Secretário de Educação a Distância do Ministério, Carlos Eduardo Bielschowsky e com a

equipe dessa Secretaria, para esclarecimentos sobre a legalização dos diplomas.

Em todas as audiências, os técnicos do Ministério da Educação entenderam a gravidade e problema e demonstraram boa vontade na busca de uma solução definitiva. Consta também que o consultor jurídico do MEC, Esmeraldo Malheiros, já emitiu um parecer apresentando uma solução para o caso. A Comissão Especial está confiante nessa análise positiva e aguarda que esse documento confirmando a legalidade do programa seja homologado pela Ministério da Educação.

Estiveram em Brasília, integrando a Comissão paranaense, o Presidente do Conselho Estadual de Educação, Romeu Gomes de Miranda; o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME/PR), Carlos Eduardo Sanches; o Diretor da VIZIVALI, Paulo Fioravante Giaretta; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato), José Rodrigues Lemos; a professora Lisa Cláudia Dala Nora representando todos os professores participantes do programa e o Prefeito de Nova Laranjeiras Eugênio Bittencourt, representando a Associação dos Municípios do Paraná.

Requerem também que seja encaminhada a cópia deste requerimento ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, Ministro da Educação, Fernando Haddad, Secretário de Educação a Distância do MEC, Carlos Eduardo Bielschowsky.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, CAÍTO QUINTANA, NELSON JUSTUS, ANTONIO ANIBELLI, AUGUSTINHO ZUCCHI, FELIPE LUCAS, ALEXANDRE CURI, LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ ACCORSI, CIDA BORGHETTI, CHICO NOROESTE, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ARTAGÃO JÚNIOR, BETI PAVIN, CARLOS SIMÕES, CLEITON KIELSE, DOBRANDINO DA SILVA, DOUGLAS FABRÍCIO, DR. BATISTA, DUÍLIO GENARI, DURVAL AMARAL, EDGAR BUENO, EDSON STRAPASSON, ELIO RUSCH, ELTON WELTER, FÁBIO CAMARGO, FRANCISCO BÜHRER, GERALDO CARTÁRIO, JOCELITO CANTO, JONAS GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, LUIZ EDUARDO CHEIDA, LUIZ FERNANDES LITRO, LUIZ NISHIMORI, MARCELO RANGEL, MAURO MORAES, MILTINHO PUPIO, NEREU MOURA, NEY LEPREVOST, OSMAR BERTOLDI, PASTOR EDSON PRACZYK, PEDRO IVO, PLAUTO MIRÓ, PROFESSOR LUIZÃO, RENI PEREIRA, RIBAS CARLI FILHO, ROSANE FERREIRA, STEPHANES JÚNIOR, TADEU VENERI, TERUO KATO, VALDIR ROSSONI, WALDYR PUGLIESI e Deputado Federal ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente:

Embora nenhuma pessoa, nem mesmo um membro da magistratura, pode fugir das suas motivações ideológicas, ainda que ao atribuir significado à ordem jurídica com valores de sua consciência individual. Embora se admita que um magistrado, como homem, sofre a influência de preconceitos, tendências, espírito de grupos, castas ou corporações, entre outros fatos ou estados psíquicos que o condicionam. Embora se reconheça, respeite e assegure o direito constitucional de opinião, à livre manifestação e à crítica.

Preocupa a este Parlamento, temerárias expressões depreciativas e preconceituosas, proferidas em uma sentença judicial, contra Governos democraticamente eleitos no Brasil, e em toda a América Latina, com excessos e de uma agressiva postura ideológica, de modo a atingir outros valores constitucionais, o que nos impõe:

REQUERER ao Plenário, seja aprovada, na forma regimental moção de protesto à parte do texto incerto no intróito da decisão proferida pelo ilustre Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira no Mandato de Segurança nº 478863-8, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requerer, ainda, seja determinado à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, se dê ciência à direção do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como ao ilustre Desembargador, autor do texto ora repudiado, da moção ora registrada nos Anais deste Legislativo Estadual.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O ilustre Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, antes de julgar um pedido liminar, de feito que lhe foi distribuído regimentalmente, para fins de obrigar à Administração Estadual a fornecer documentos e informações solicitadas, recheou a decisão com uma introdução com termos preconceituosos destilando um viés ideológico inadmissível, posto ser de ordem faxista, onde se destacam os seguinte termos:

...golpe de estado, nos moldes da triste onda sul-americana, de viés 'chavista' como alhures aludido;

E mais adiante:

Não sabem o mínimo de Democracia, sendo experts apenas naquilo que lhes convêm, que é o escrutínio.;

E ainda:

Não escapa que, pelo menos na esfera federal, vive-se um império travestido de Democracia, pois só uma voz ostenta força, curiosamente aquela bradada do único que tem as chaves do cofre, o ex-metalúrgico e Presidente Lula.

Tais expressões são inaceitáveis no contexto da ordem e da participação social que vive o estado brasileiro e, finalmente, de toda a América Latina, sobretudo no quadro atual de normalidade democrática e de plena vigência do Estado de Direito.

As impróprias palavras utilizadas pelo ilustre Magistrado merecem repúdio deste Parlamento, pois representam um risco ao debate franco e à liberdade de expressão e não condiz com as fundamentações das brilhantes sentenças do Poder Judiciário paranaense, pautadas em um compromisso republicano, inclusive as do próprio magistrado, ora repudiado pelo seu deslize.

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o soberano Plenário seja aprovada moção de apoio à diretoria do Paraná Esporte Clube, comissão técnica, jogadores e a torcida paranista, pelos acontecimentos negativos ocorridos na última partida pela Copa do Brasil, realizado no Estádio Beira-Rio, onde infelizmente o time paranista foi eliminado da competição.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Ribas Carli Filho, Luiz Eduardo Cheida, Francisco Bühner, Stephanes Júnior, Waldyr Pugliesi, Alexandre Curi, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Professor Luizão, Nelson Justus, Edgar Bueno, Marcelo Rangel, Pedro Ivo, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Cida Borghetti, Mauro Moraes, Elio Rusch, Duílio Genari, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Osmar Bertoldi, Durval Amaral, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da pioneira Luíza Fontes, falecida em Maringá.

A pioneira maringaense, esposa de Joaquim Romero, primeiro Presidente da Sociedade Rural da cidade, faleceu aos 89 anos e muito honrou sua família.

A Sra. Luíza Fontes sempre atuou na área do município de Maringá, criando parcerias em benefícios das pessoas necessitadas da região. A trajetória e a força dessa mulher marcaram a história de Maringá e merece a homenagem do Poder Legislativo Estadual.

Recebeu desta Assembléia o título de Cidadã Honorária do Paraná, por iniciativa do ex-Deputado Joel Coimbra.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Sant'Ana Neto, serventuário da Justiça, proprietário do tradicional Cartório Sant'Ana, respeitado e querido por seus familiares e amigos.

Requer ainda que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 24 de abril do corrente, do Sr. Paulo Roberto de Oliveira, funcionário dos Correios, narrador esportivo, respeitado e querido por seus familiares e amigos.

Requer ainda que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações à diretoria da Associação Odontológica do Norte do Paraná, presidida pelo respeitado Dr. Jurandir Alves Ferreira, que comanda uma dinâmica diretoria. Fundada em 1947, está consagrada pela defesa intransigente dos profissionais da odontologia e pelos freqüentes congressos, cursos e palestras para seus associados. Registre-se, também, sua integração em importantes movimentos comunitários da região norte paranaense.

A entidade tem o privilégio de contar no seu quadro de associados com profissionais da área da odontologia que se destacam dentre os melhores e mais qualificados do Brasil, muitos dos quais realizam serviços de 1º mundo em seus pacientes. E a diretoria de sua associação de classe merece que seja registrado nos Anais da história paranaense a manifestação desta Casa de Leis.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Presidente da Associação Odontológica Norte do Paraná, Dr. Jurandir Alves Ferreira, com votos de sucesso permanente.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência

do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações à diretoria da Associação Comercial e Industrial de Londrina, presidida pelo respeitado empresário Rubens Benedito Augusto. Fundada em 1937, está consagrada como uma das mais ativas entidades representativas do empresariado paranaense. Na atual região, a ACIL, tem sido solidária em todos os movimentos que visem fortalecer o comércio e a indústria londrinense, graças à competência e garra do Presidente e membros de sua diretoria. Os associados mostram-se satisfeitos com a visão e modernidade dos dirigentes da ACIL, que realizam uma administração que, sem exagero, serve de padrão e de modelo para as demais associações do gênero de todo o país.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina, Sr. Rubens Benedito Augusto, com votos de sucesso permanente.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Dr. Willie Davids, município de Londrina. Fundado em agosto de 1967, tem como Diretor o respeitado professor Paulo Cesar Chaves e como Secretária a ilustre professora Josiane Alves Batista. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Paulo Cesar Chaves, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Padre Wistremundo Roberto Perez Garcia, município de Londrina. Fundado em julho de 1997, tem como Diretora a respeitada professora Vera Lucia

Broggi e como Secretária a ilustre professora Geni da Silva Andrade. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Vera Lucia Broggi, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professora Ubedulha Correia de Oliveira, município de Londrina. Fundado em 16/01/1995, tem como Diretor o respeitado professor Adão Cícero Ferreira Nunes e como Secretária a ilustre professora Lucinéia de Oliveira Carvalho. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Adão Cícero Ferreira Nunes, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público a Escola Estadual Fernando Pinto, município de Londrina. Fundada em 17/12/84, tem como Diretora a respeitada professora Edna Magalhães de Souza e como Secretária a ilustre professora Dirce Monteiro Bilmaia. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma

equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Edna Magalhães de Souza, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Tiradentes, município de Londrina. Fundada em 28/01/63, tem como Diretor o respeitado professor Cícero da Silva e como Secretária a ilustre professora Délia Alves Ferreira. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Cícero da Silva, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Professora Vani Ruiz Viessi, município de Londrina. Fundada em 07/12/84, tem como Diretor o respeitado professor Leonildo Guergolet e como Secretária a ilustre professora Silvana Cardoso de Oliveira. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Leonildo Guergolet, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários

que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Dr. Olavo Garcia Ferreira Silva, município de Londrina. Fundada em novembro de 1982, tem como Diretor o respeitado professor Sylvio Sidnei Benini e como Secretária a ilustre professora Claudiane Evaristo da Silva. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Sylvio Sidnei Benini, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Rui Barbosa, município de Londrina. Fundada no ano de 1967, tem como Diretora a respeitada professora Maria Aparecida Duarte Munhon e como Secretária a ilustre professora Celia Evangelista da Silva. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Maria Aparecida Duarte Munhon, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Tsuru Oguido, município de Londrina. Fundado em 11/10/92, tem como Diretor o respeitado professor Nelson de Jesus Lopes e como Secretária a ilustre professora Ângela Maria da Cruz. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Nelson de Jesus Lopes, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Thiago Terra, município de Londrina. Fundado em fevereiro de 1997, tem como Diretor o respeitado professor Eder Romualdo Soares e como Secretária a ilustre professora Marilena Fialkowski de Oliveira. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Eder Romualdo Soares, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos tra-

balhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual São José, município de Londrina. Fundado em junho de 1976, tem como Diretora a respeitada professora Rosa Maria Tanios Yatsu e como Secretária a ilustre professora Elizabeth Benaduce Casella. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Rosa Maria Tanios Yatsu, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professora Rina Maria de Jesus Franco-vig, município de Londrina. Fundado em agosto de 2002, tem como Diretora a respeitada professora Helena Noriko Ogido e como Secretária a ilustre professora Sueli de Fátima de Agostin. Com 39 professores e 23 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 827 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Helena Noriko Ogido, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professor Paulo Freire, município de Londrina. Fundado em 23/01/86, tem como Diretora a respeitada professora Lourdes Mendes dos Santos e como Secretária a ilustre professora Luzia Aparecida

Marques Medeiros. Com 43 professores e 21 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 829 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Lourdes Mendes dos Santos, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professora Olympia Moraes Tormenta, município de Londrina. Fundado em 13/12/83, tem como Diretor o respeitado professor Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves e como Secretária a ilustre professora Claudete Aparecida Talevi Costa. Com 81 professores e 39 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 1.984 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Nossa Senhora de Lourdes, município de Londrina. Fundado no ano de 1959, tem como Diretora a respeitada professora Tânia Cristina F. Tudisco e como Secretária a ilustre professora Ivonete de Paula Silva. Com 100 professores e 30 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de aproximadamente 1.500 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Tânia Cristina F. Tudisco, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Nilo Peçanha, município de Londrina. Fundado em 24/06/46, tem como Diretora a respeitada professora Albina Kawano e como Secretária a ilustre professora Patrícia Selvatici Preto. Com 70 professores e 23 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 932 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Albina Kawano, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professor Newton Guimarães, município de Londrina. Fundado em 24/02/48, tem como Diretor o respeitado professor Roberto Braz Aparecido Cabrera e como Secretária a ilustre professora Terumi Sakai. Com 63 professores e 28 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 1.217 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Roberto Braz Aparecido Cabrera, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público a Escola Estadual Dr. José Hosken de Novaes, município de Londrina. Fundada no ano de 1966, tem como Diretora a respeitada professora Maria Ângela Leite e como Secretário o ilustre professor Tiago Santos Telles. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Maria Ângela Leite, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Barão do Rio Branco, município de Londrina. Fundado no ano de 1963, tem como Diretora a respeitada professora Marilena Dias de Mattos e como Secretária a ilustre professora Ana Cristina Bertolla. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Marilena Dias de Mattos, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao

Colégio Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig, município de Londrina. Fundado em fevereiro de 2004, tem como Diretor o respeitado professor Paulo de Albuquerque Cavalcanti e como Secretária a ilustre professora Rosimeire Grou da Cruz Becher. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Paulo de Albuquerque Cavalcanti, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Sagrada Família, município de Londrina. Fundado em 14/10/63, tem como Diretora a respeitada professora Margarida Denardo Rosa e como Secretária a ilustre professora Marta Maria Salla de Oliveira. Mesmo não recebendo os salários que merecem, exercem, com competência, garra, idealismo e muito amor, junto com seus professores e funcionários, a nobre missão de semear Educação e Cultura para seus alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Margarida Denardo Rosa, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Imbituva, pelo transcurso, no próximo dia 03 de maio de seus 137 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Celso Kubaski, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado

do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Imbituva que no próximo dia 03/05/08 estará comemorando 137 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 137 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do duto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações à diretoria do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina. Fundado em 1953, é presidido pelo respeitado engenheiro Nelson Brandão, contando com quase 800 associados. Seus associados são Engenheiros e Arquitetos da mais alta qualificação profissional, que se destacam na construção e obras no Paraná e em várias regiões do Brasil.

A diretoria da entidade tem participado ativamente de grandes movimentos comunitários dos londrinenses, ajudando, e muito, no desenvolvimento da cidade.

É importante que se registre nos Anais da história a manifestação do Plenário desta Casa de Leis, com votos de muito sucesso aos dirigentes e associados de tão importante entidade.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Presidente do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina, Sr. Nelson Brandão, com votos de sucesso permanente.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do duto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações à diretoria da Associação Médica de Londrina, presidida pelo respeitado médico Antonio Caetano de Paula, foi fundada em 1941, conta com 816 associados, muitos deles com grande projeção no Brasil. O alto nível da medicina praticada por esses profissionais têm alavancado, e muito, a economia de Londrina. Pacientes e familiares saem das mais diferentes regiões do Brasil em busca de consulta, tratamento ou cirurgia com os valoroso-

sos médicos londrinenses. Os hotéis, o comércio, a cidade de um modo geral, todos acabam se beneficiando, mas, principalmente os doentes que recebem atendimento de absoluto 1º mundo.

A atual diretoria da AML é muito dinâmica, promovendo sempre congressos, palestras, cursos e orientações para os seus associados, visando atualizá-los com todos os avanços da Medicina.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Presidente da Associação Médica de Londrina, Dr. Antonio Caetano de Paula, com votos de sucesso permanente.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Alto Paraná pela passagem, no próximo dia 05/05/08 de seus 54 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Exma. Sra. Tereza Rozin Roncaglio, Prefeita Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Luiz Cripa Filho, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a população de Alto Paraná irá comemorar no próximo dia 05/05/08, a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

A importância do município é indiscutível, tendo dentro do modelo brasileiro as suas competências e, tendo ao seu encargo, inúmeras atribuições. São os Prefeitos que conhecem mais de perto as agruras da população.

Os Vereadores do município de Alto Paraná proporcionam ao Executivo, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação significando esperança para o futuro, trilhando o caminho que levará ao sucesso.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população de Alto Paraná, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores continuam dando o máximo de seus esforços para o cumprimento de todos os objetivos propostos.

Congratulamo-nos com toda a população de Alto Paraná, pelo transcurso da significativa data comemorativa ao seu 54º aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de congratulações ao novo Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Região do Exército, General de Brigada Osmário Monteiro Zan, desejando sucesso e profícua gestão.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser encaminhada à Bateria de Comando da Artilharia Divisionária.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 966

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, com consentimento do plenário desta Casa Legislativa, o registro nos Anais da Plenária, desta data, de efusivas congratulações ao município de Nova Santa Rosa pela passagem do 32º aniversário de emancipação política, que ocorre na data de hoje.

Caso aprovada a presente proposição, requeiro seja dada ciência ao Prefeito Municipal do município homenageado, Sr. Norberto Pinz, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Noedi Max Hardt e a Presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Santa Rosa, Sra. Lílian Fischer Muller, via correspondência.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, com o consentimento do Plenário desta Casa de Legislativa, o registro nos Anais da Plenária, desta data, de efusivas congratulações à equipe de futebol de salão COPAGRIL, da cidade de Marechal Cândido Rondon, neste estado, pela conquista do título de campeão nacional da modalidade, nos Jogos Abertos Brasileiros, no último domingo, na cidade de Jaraguá do Sul/SC.

O título foi conquistado ao ser vencida a equipe catarinense da MALWEE, na cobrança de tiros livres, por 3x1, depois do empate no tempo normal, em três gols.

Caso aprovada a presente proposição, requeiro, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, Sr. Edson Wasen, e ao Sr. Ricardo Silveiro Chapla, Diretor-Presidente da COPAGRIL, via correspondência.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, com o consentimento do Plenário

desta Casa Legislativa, o registro nos Anais da Plenária, desta data, de efusivas congratulações ao Sr. Ilo Darci Weirich, da cidade de Marechal Cândido Rondon, neste estado, pela passagem dos 50 anos de seu exercício profissional na atividade de mecânico de automóveis, que ocorreu no último dia 23 de abril.

Cinco décadas que guindaram para o topo dos melhores mecânicos do município. Assim, é merecedor de nossa melhor homenagem junto àquela que lhe rende toda a comunidade rondonense pelo feliz acontecimento dos 50 anos de profissão.

Caso aprovada a presente proposição, requeiro também seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem REQUERER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, aprovação de votos de louvor ao município de Santa Terezinha do Itaipu, pela passagem de seu 26º aniversário, a ser comemorado no próximo dia 03 de maio.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Rogério Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam tomadas providências urgentes para a recuperação do asfalto que liga os municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, no sudoeste do Paraná.

Requer, ainda, que deste requerimento se dê ciência aos Exmos. Srs. Wilmar Cordasso, e Pe. Lessir Bortuli, Prefeitos dos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, respectivamente.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada que liga os municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, acolhe intenso tráfego, em razão da existência de frigoríficos da Sadia, em ambas as cidades, além de fábrica de ração e outros derivados. A referida rodovia está em mau estado de conservação, não sendo suficiente uma operação tapa buracos, vez que o atraso nas obras de recuperação poderá comprometer sobremaneira a base da mesma.

Assim, objetivando facilitar o trânsito entre as cidades e também para evitar possíveis acidente, contamos com a aprovação dos nobres Parlamentares para este requerimento.

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, solicitando a instalação da 4ª e 5ª Varas Cíveis no município de Cascavel, oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A instalação dessas duas unidades integra o Programa de Expansão do Poder Judiciário do estado e o processo já foi aprovado pelo Tribunal de Justiça. A ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Cascavel - reforça a necessidade de se fazer apenas a instalação dessas duas instâncias da justiça estadual no município. A ação vai beneficiar diretamente a população de Cascavel, dando agilidade aos processos atendidos por essa área.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja comunicada ao Desembargador.

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Pupatto, para que intercedam junto à Universidade Estadual de Londrina - UEL, para que o Magnífico Reitor daquela instituição desista da ação judicial de reintegração de posse da sede do Diretório Central dos Estudantes - DCE-UEL.

Recentemente o Reitor ingressou com uma ação judicial para a reintegração de posse da sede histórica do Diretório Central dos Estudantes da UEL. Situada no centro de Londrina, a sede foi palco da resistência contra a ditadura, em prol da democratização de nosso país. Nos momentos mais recentes da nossa história os estudantes universitários tiveram papel relevante, senão primordial, nas conquistas dos direitos civis, da democracia e do estado de Direito. Garantir a sede e a livre organização estudantil é um dever de todo homem público e principalmente do estado.

Assim a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vem solicitar ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião e à Exma. Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Pupatto, que intercedam junto ao Magnífico Reitor da UEL para que o mesmo reveja sua posição e que desista da ação judicial mencionada.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Universidade Estadual de Londrina - UEL, para que o Magnífico Reitor Sr. Wilmar Marçal, para que desista da reintegração de posse da sede do DCE - UEL.

Recentemente o Reitor ingressou com uma ação judicial para a reintegração de posse da sede histórica do Diretório Central dos Estudantes da UEL. Situada no centro de Londrina, a sede foi palco da resistência contra a ditadura, em prol da democratização de nosso país. Nos momentos mais recentes da nossa história os estudantes universitários tiveram papel relevante, senão primordial, nas conquistas dos direitos civis, da democracia e do estado de Direito. Garantir a sede e a livre organização estudantil é um dever de todo homem público e principalmente do estado.

Assim a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vem solicitar ao Magnífico Reitor que reveja sua posição e que desista da ação judicial.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e ao Sr. Maurício Requião Secretário da Educação, para que sejam tomadas providências no sentido de construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Cornélio Pires Ribeiro, no município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo o que o colégio está na localidade São Roque, Faxinal dos Coitos no município de Pinhão. Conta com um total de 400 alunos.

Com a construção da quadra poliesportiva serão atendidos os anseios de aproximadamente 2.500 habitantes das regiões de Alto Iguaçu, Água Amarela e São Roquinho.

Eis que fazemos este apelo para que os estudantes daquele colégio e região possam usufruir desse benefício e desenvolver um esporte de qualidade, além de contribuir para a integração dos moradores da localidade.

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente a todos os Deputados Federais e Senadores da Bancada do Estado

do Paraná, solicitando apoio na tramitação da PEC nº 233/08 (Reforma Tributária).

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Aos Srs. Deputados Federais e Senadores:

Como representantes do povo do Paraná na Assembléia Legislativa, encarecemos seu apoio e esforços durante todo o processo de tramitação da PEC nº 233/08 (Reforma Tributária) na Câmara e no Senado, para que a parcela equivalente a 2% (dois por cento) do produto da arrecadação do ICMS oriundo das operações interestaduais pertença ao estado de origem da operação, inclusive nas operações interestaduais com petróleo, incluindo lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.

É de seu conhecimento que o Paraná é o maior produtor nacional de energia elétrica, que é imune de ICMS nas operações interestaduais, impondo perda equivalente a 16% do ICMS anualmente arrecadado (R\$ 1,6 bilhões ao ano), com o regime atual de ICMS (alíquotas interestaduais de 7% e de 12%). Estima-se que com alíquota interestadual uniforme de 2% o impacto seria de R\$ 143 milhões ao ano.

Felizmente, o Deputado Leonardo Picciani, Relator da PEC nº 233/08 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, obteve êxito na aprovação do relatório que modifica a redação original do Governo para o artigo 155-A, 3º da PEC nº 233/08, para que as operações interestaduais do novo ICMS relativas ao petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica sejam submetidas ao mesmo tratamento proposto para as demais mercadorias e serviços. Com isso, o novo ICMS terá alíquota interestadual uniforme de 2% em todas as operações e prestações.

É de seu conhecimento que, em 1988, no que diz respeito ao ICMS, os constituintes mantiveram parcela expressiva da tributação no estado de origem (estado produtor). Mediante adoção de alíquota interestadual inferior à interna o produto da arrecadação é partilhado entre os estados produtores e consumidores. A única exceção à regra, casuísmo inserido na Constituição pelos estados interessados na importação destes insumos desonerada de ICMS, acontece nas operações interestaduais com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis, líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica, para as quais é adotado o princípio de destino integral, o produto da arrecadação pertence integralmente ao estado destinatário das mercadorias. Esse ditame constitucional obriga os estados produtores a desonerar os estados consumidores de um imposto que poderia se constituir por vezes em sua principal fonte de receita, o que compromete o seu desenvolvimento e o atendimento de suas populações.

O argumento usado durante a constituinte, de que os royalties compensariam a imunidade de ICMS

nas operações interestaduais não procede, tanto do ponto de vista financeiro quanto de mérito, porque royalty não é tributo, é uma indenização por danos causados pela impossibilidade de uso alternativo do solo para outra finalidade econômica, por exemplo, para a agricultura.

Argumenta-se, ainda, para justificar a exceção à regra de tributação do ICMS nas operações interestaduais, que haveria possibilidade de uma concentração econômica e industrial nos estados produtores. Ora, se assim fosse, o mesmo critério (princípio de destino) deveria ser adotado em relação ao ICMS incidente sobre veículos, bens de capital, etc. Não fosse uma atitude casuística, porque os minerais, que também geram royalties e que eram tributados por imposto único até a Constituição de 1988, não foram incluídos na imunidade da operação interestadual? O que não é aceitável para os estados produtores é que apenas para a energia elétrica, para o petróleo e para seus derivados tenha sido adotada a sistemática de cobrança integralmente no estado de destino.

É preciso restaurar a equidade de tratamento tributário e uniformizar a regra de incidência do ICMS. Com a reforma proposta para o imposto, que tem como travessa a uniformidade do ICMS, não há motivo técnico, jurídico, federativo ou econômico para excepcionar a regra geral que se aplicará às operações e prestações interestaduais. Este aspecto é especialmente relevante, porque a proposta de reforma contempla a adoção de alíquota de apenas 2% nas operações e prestações interestaduais, parcela esta do produto da arrecadação de ICMS que pertencerá ao estado de origem. Nas operações internas é provável que a energia elétrica e vários combustíveis derivados de petróleo sejam enquadrados em alíquota nacional uniforme de 25%, sendo factível e justo que a pequena parcela de 2% do produto da arrecadação pertença ao estado de origem.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA, VALDYR ROSSONI, PROFESSOR LUIZÃO, WALDIR PUGLIESI, TERUO KATO, NEY LEPREVOST, EDSON STRAPASSON, LUIZ EDUARDO CHEIDA, DOBRANDINO DA SILVA, DR. BATISTA, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, NELSON JUSTUS, BETI PAVIN, PÉRICLES DE MELLO, ALEXANDRE CURI, ELIO RUSCH e JOCELITO CANTO.

JUSTIFICATIVA:

Destaque do contido na página 16 do relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para a proposta de emenda à Constituição nº 233/08.

Da mudança da tributação na origem para o destino e o princípio da isonomia em matéria tributária,

A Exposição de Motivos prevê que, com o novo ICMS, a arrecadação pertencerá preponderantemente ao estado de destino da mercadoria ou serviço, ficando o equivalente à incidência de 2% do imposto para o estado

de origem. Caberá à lei complementar definir a forma como será tecnicamente manejado o modelo para que esse princípio seja atendido.

Entretanto, em vista de que exige condições bastante especiais para sua execução, são propostos comandos que permitem à lei complementar estabelecer a exigência do imposto pelo estado de origem das mercadorias e serviços, por meio de um modelo de câmara de compensação entre as unidades federadas.

Queremos aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, chamar a atenção para o fato de que o Sr. Ministro da Fazenda não teceu sequer uma, repetimos, sequer uma consideração acerca do tratamento anti-isonômico e discriminatório dispensado pela proposta de emenda constitucional aos estados produtores de petróleo, seus derivados e de energia elétrica, na medida em que, em relação a todos os produtos tributados pelo novo ICMS, é feita a previsão de que dois pontos percentuais da alíquota caberão ao estado de origem, ao passo que, em relação às operações com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica o produto da arrecadação caberá integralmente ao estado de destino.

O silêncio do Ministro da Fazenda causa um ruído ensurdecador, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pois, das duas uma: ou ele não percebeu o tratamento discriminatório previsto pela minuta a ele encaminhada pela equipe técnica de seu Ministério, ou, pior ainda, percebeu e, consciente de que era medida discriminatória incompatível com a ordem constitucional vigente, preferiu silenciar.

Por essa razão, somos pela constitucionalidade do inciso II do 3º do artigo 155-A que a proposta de emenda constitucional pretende introduzir na Carta Política, propondo a seguinte redação para o dispositivo, a fim de sanar o aludido vício:

“II - a parcela do imposto equivalente à incidência de dois por cento sobre o valor da base de cálculo do imposto pertencerá ao estado de origem da mercadoria ou serviço, salvo nos casos de operações e prestações sujeitas à uma incidência inferior à prevista neste inciso, hipótese na qual o imposto pertencerá integralmente ao estado de origem.”

Queremos aqui repetir que não serve de argumento a alegação de que a Constituição atual prevê regra assemelhada na alínea b do inciso X do 2º do artigo 155, pois qualquer novo imposto que se pretenda criar, e esse é o caso, deve se sujeitar ao respeito às cláusulas pétreas. Assim, um tratamento discriminatório previsto pelo texto original da Constituição não serve argumento de justificação de emenda constitucional, na medida em que o poder constituinte derivado, diferentemente do originário, deve respeitar as cláusulas pétreas.

Caso o Ministro da Fazenda queira manter a regra atual, não revogue o imposto atual, mas corrija suas imperfeições.

REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente - CEMA, REQUER, envio de expediente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para que este verifique *in loco* as denúncias em anexo, fazendo uma análise e parecer sobre as irregularidades de ocupação do solo no município de São José dos Pinhais, bem como sobre a canalização do rio Ressaca no mesmo município, para transformar áreas de conservação em loteamentos, fazendo a comunidade vítima das enchentes.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação - Maurício Requião - solicitando informações sobre a existência de projetos para construção ou ampliação e data de licitação de escolas estaduais no Núcleo Santa Paula, Núcleo 31 de Março, bairro Borato e Los Angeles e região do Cristo Rei, todos em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, solicitando informações sobre os gastos com publicidade institucional, das administrações direta e indireta das Prefeituras de Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina, no ano de 2007 e do ano de 2008, devidamente informadas ao egrégio Tribunal de Contas até o momento.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Cumprimento da função de fiscalização do Poder Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações a Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - Secretária de Estado da Administração e Previdência, para informar as seguintes questões abaixo:

1. Em relação ao ofício nº 011-08/GAB.SECS de 01/02/08, do Secretário de Estado da Comunicação

Social, solicitando o desconto de seus vencimentos dos dias em que esteve ausente das suas funções, em viagem a cidade de Assunción - Paraguai, para tratar de assuntos particulares. Questiona se foram efetivados estes descontos pela SEAD? Enviar xerocópia dos referidos contra-cheques.

2. Da relação dos dias em que o Secretário solicita os descontos, foram incluídos os dias 18/09/07, 09/10/07, 07/11/07, 21/11/07, 05/12/07, 03/01/08, 15/01/08, 23/01/08 e 30/01/08, pois conforme documento anexo da Empresa GOL Linhas Aéreas Inteligentes enviado para a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação desta Casa de Leis, fica demonstrado que o Secretário da Comunicação Social Sr. Airton Pissetti, deslocava-se com um dia de antecedência ao informado no referido ofício. Enviar xerocópia dos referidos contra-cheques.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, na forma regimental, que seja exigida do Governo do Paraná, através de quem de direito, ante a disposição contida no artigo 54 da Constituição Estadual, a resposta ao pedido de informações aprovado por esta Casa de Leis, Protocolo nº 11806, sobre os passivos judiciais.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido de informações, formulado em novembro de 2007, aprovado em 21/11/07, devidamente encaminhado por esta Assembléia Legislativa, até a presente data não foi respondido, em desacordo com os prazos legais, a saber, artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Governador do Estado, através da SANEPAR, conforme segue abaixo:

1) Qual o valor bruto e líquido do faturamento da SANEPAR no exercício de 2007?

2) Qual o valor bruto e líquido do faturamento da SANEPAR até a presente data?

3) Qual o valor bruto e líquido do faturamento da SANEPAR no exercício de 2007, referente ao município de Ponta Grossa?

4) Qual o valor bruto e líquido do faturamento da SANEPAR até a presente data, referente ao município de Ponta Grossa?

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) MARCELO RANGEL

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 170 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 170. Poderá ser concedido, mediante requerimento, subscrito por um décimo dos Deputados ou Líderes que representem esse número, aprovado pelo Plenário, destaque para:

I - votação de emenda ou subemenda;

II - votação de proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 1º Não será concedido destaque e não será votado, projeto de lei ou emenda, apreciado conclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer contrário, respeitado o prazo de recurso previsto na alínea a) do inciso X, parágrafo 2º do artigo 33, deste Regimento;

§ 2º O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação;

§ 3º Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário;

§ 4º Concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada, que somente integrará o texto se for aprovada.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

Apoiamento:

Luiz Eduardo Cheida, Durval Amaral, Beti Pavin, Tadeu Veneri e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa aprimorar a redação do artigo que trata do processo de destaque, para facilitar sua interpretação, principalmente na hora de discutir e votar emendas.

O Regimento Interno, no artigo 33, parágrafo 2º, X, a), prevê que, as proposições, aqui entendido, emendas e subemendas, com parecer da CCJ pela inconstitucionalidade, ressalvado o recurso, serão tidas como definitivamente rejeitadas.

Assim, qualquer proposição que tiver parecer contrário da CCJ, tem direito a impugnação, primeiro à própria Comissão e dessa decisão cabe ainda, recurso ao Plenário, portanto, tecnicamente, não tem cabimento a previsão de votar em Plenário emendas com parecer contrário e muito menos, votar parecer de Comissão. Do contrário, não tem sentido interromper a 2ª discussão do projeto, para voltar à CCJ para apreciar as emendas, se

estas, qualquer for a decisão, serão votadas indistintamente no Plenário.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 177/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Reflexão e Ação Social - ARAS, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Reflexão e Ação Social foi fundada no ano de 2006.

Trata-se de instituição social que tem por finalidade apoiar o desenvolvimento econômico e social, combatendo a pobreza e proteção do meio ambiente, baseados em novos modelos sócioprodutivos ambientalmente sustentáveis.

A atividade da referida entidade está sendo pautada pela defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, contribuindo com o fortalecimento e resgate da dignidade e da autonomia de indivíduos ou grupos que tenham sido excluídos socialmente por força das estratificações sociais, econômicas, políticas, profissionais, culturais ou étnicas.

PROJETO DE LEI Nº 178/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentas do pagamento das taxas referentes à renovação da Carteira de Habilitação (CNH), as pessoas acometidas de doenças crônicas graves.

Parágrafo Único. Para efetivos desta lei, considerar-se-ão como doenças crônicas graves a diabetes, o câncer, a tuberculose, a AIDS/SIDA, a hanseníase e as infecções respiratórias agudas, além daquelas assim descritas em listagem da Secretária de Estado da Saúde, própria para esta finalidade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa beneficiar os portadores de doenças crônicas graves, concedendo-lhes a

isenção da taxa de renovação da Carteira Nacional de Habilitação, sendo medida mais do que justa, ante os gastos que estes pacientes têm para o tratamento dessas enfermidades.

PROJETO DE LEI Nº 179/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 15455, de 31/01/07, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de lei promulgada no início de 2007, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que visa impor ao Poder Executivo a divulgação dos custos de propaganda realizados.

O texto da Lei nº 15455/07 já está contemplado na Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando o Poder Executivo a publicar seus relatórios de gastos, inclusive disponibilizando-o na internet.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 180/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR - deverá comunicar a data de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação, por este emitida, ao titular do documento.

Parágrafo Único. A comunicação que trata este artigo deverá ser efetuada com 120 dias de antecedência ao vencimento da CNH, via correio ou internet, informando a data limite de renovação.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela tem como escopo precípuo o atendimento do interesse público, sem alterar qualquer atribuição institucional do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, na medida em que a informação de ven-

cimento da Carteira Nacional de Habilitação tem o objetivo de evitar transtornos no momento de sua renovação.

É sabido que há um prazo para renovação da CNH, bem como as obrigações que esta implica, norteadas pelo artigo 159, do Código de Trânsito Brasileiro. E é nesse diapasão que o projeto vem ao encontro do atendimento do interesse público, pois alertando o possuidor do iminente vencimento de sua habilitação, serão reduzidas as chances de o possuidor da CNH incorrer na infração de trânsito tipificada no artigo 162, I, do CTB.

Desta forma, tendo em vista a perfeita iniciativa Parlamentar, visto que tal proposição não interfere nas atribuições institucionais do DETRAN, bem como não ser o caso de legislar acerca da competência privativa da união (trânsito e transporte - art. 22, XI da Constituição da República), propõe-se este projeto de lei, vislumbrando a certeza de sua constitucionalidade e efetivo atendimento ao interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 181/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Estabelece que o DETRAN do estado do Paraná colocará equipamento para colher a impressão digital de todos os candidatos interessados em receber Carteira de Habilitação para conduzirem veículos automotores.

Art. 2º Nas 30 aulas teóricas ou nas 15 práticas, os interessados no documento, a que trata o artigo anterior, deverão deixar no DETRAN, em sistema de Biometria de impressões digitais, a prova de que efetivamente estiveram no local, cumprindo as exigências de lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta no presente projeto de lei visa evitar eventuais fraudes no fornecimento de Carteiras de Habilitação por parte do DETRAN do Paraná. O fato de ter que passar pelo sistema de biometria de impressões digitais, em cada aula prática ou teórica que o interessado em habilitação assistir, seguramente impedirá que um ou outro candidato ao documento em questão venha, eventualmente, a fraudar as normas fixadas em lei.

PROJETO DE LEI Nº 182/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a eliminação, em todo o estado do Paraná, do uso do fogo como método despalhador e facilitador do corte da cana-de-açúcar.

Art. 2º Os plantadores de cana-de-açúcar que utilizem como método de pré-colheita a queima da palha são obrigados a tomar providências necessárias para eliminar esta prática.

Art. 3º Os canaviais plantados a partir da data da publicação desta lei, ainda que decorrentes da expansão dos então existentes, ficarão sujeitos ao disposto no artigo 2º.

Art. 4º A proibição total da queima da palha de cana-de-açúcar dar-se-à a partir de 31/12/10.

Art. 5º Até que se inicie a proibição contida no *caput* do artigo anterior, não se fará a queima da palha de cana-de-açúcar a menos de:

I - 1 (um) quilômetro do perímetro da área urbana definida por lei municipal e das reservas e áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas;

II - 100 (cem) metros do limite das áreas de domínio de subestações de energia elétrica;

III - 50 (cinquenta) metros contados ao redor do limite de estação ecológica, de reserva biológica, de parques e demais unidades de conservação estabelecida em atos do poder federal, estadual ou municipal e de refúgio da vida silvestre, conforme as definições da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00;

IV - 25 (vinte e cinco) metros ao redor do limite das áreas de domínio das estações de telecomunicações;

V - 15 (quinze) metros ao longo dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica;

VI - 15 (quinze) metros ao longo do limite das áreas de domínio de ferrovias e rodovias federais e estaduais.

Parágrafo Único. A partir dos limites previstos nos incisos anteriores, deverão ser preparados, ao redor a área a ser submetida ao fogo, aceiros de, no mínimo 3 (três) metros, mantidos limpos e não cultivados, devendo a largura ser ampliada, quanto as condições ambientais, incluídas as climáticas, e as condições topográficas exigirem tal ampliação.

Art. 6º O responsável pela queima deverá:

I - realizar a queima preferencialmente no período noturno, compreendido entre o pôr do sol e nascer do sol, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população;

II - dar ciência formal e inequívoca aos confrontantes, por si, ou por seus prepostos, da intenção de realizar a queima controlada, com o esclarecimento de que, oportunamente, a operação será confirmada com indicação de data, hora de início e local;

III - dar ciência formal, com antecedência mínima de 96 (noventa e seis) horas, da data, horário e local da

queima aos lindeiros e às unidades locais da autoridade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou órgão competente previamente designado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - quando for o caso, sinalizar adequadamente as estradas municipais e vicinais, conforme determinação do órgão responsável pela estrada;

V - manter equipes de vigilância adequadamente treinadas e equipadas para o controle de propagação do fogo, com todos os equipamentos de segurança pessoal necessários;

VI - providenciar o acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo.

Parágrafo Único. É vedado o emprego do fogo, numa única operação de queima, em área contígua superior a 400 (quatrocentos hectares), independentemente de o requerimento ter sido feito de forma individual, coletiva ou por agroindústria.

Art. 7º O requerimento de autorização, para cada imóvel, independentemente de estar vinculado à agroindústria, deve ser instruído nos termos do regulamento.

§ 1º Sendo contíguos os imóveis, o requerimento de autorização pode ser instruído com uma única planta, observadas as exigências fixadas, sendo que cada imóvel deverá ser referido à respectiva matrícula ou ao documento imobiliário a que corresponder.

§ 2º Considera-se comunicação de queima controlada de palha de cana-de-açúcar o documento subscrito pelo interessado no emprego do fogo para despalhamento da cana-de-açúcar, mediante o qual dá ciência à autoridade ambiental ou ao órgão regional que esta determinar competente, de que cumpriu os requisitos e as exigências desta lei.

§ 3º O requerimento para a queima pode ser apresentado individualmente pelo titular do imóvel, por grupo de titulares ou por agroindústria que mantenha com o mesmo titular, ou diversos titulares, contrato de arrendamento, parceria ou outro instrumento hábil a garantir o fornecimento de cana-de-açúcar para suas atividades.

§ 4º No caso de grupo de titulares, o documento poderá ser subscrito pela associação de fornecedores de cana-de-açúcar da região onde se insere a área objeto da queima, ficando os associados responsáveis pelo cumprimento das exigências legais e a entidade apenas pela apresentação dos documentos necessários à instrução do requerimento.

§ 5º Excepcionado o disposto no parágrafo anterior, caso o requerimento seja feito por grupo de titulares ou por agroindústria, cabe ao interessado subscrever a comunicação de queima controlada.

§ 6º O requerimento será instruído com procuração específica, quando efetuado por terceiro, pessoa física ou jurídica.

Art. 8º A autoridade ambiental determinará a suspensão da queima quando:

I - constatados e comprovados risco de vida humana, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis;

II - a qualidade do ar atingir, comprovadamente, índices prejudiciais à saúde humana, constatados segundo o fixado no ordenamento legal vigente;

III - os níveis de fumaça originados da queima, comprovadamente, comprometam ou coloquem em risco as operações aeronáuticas, rodoviárias e de outros meios de transporte.

Art. 9º Os requerimentos para a queima devem ser protocolados até o dia 2 de abril de cada ano, no Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou órgão competente designado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que atender a respectiva região.

§ 1º A autorização será expedida:

1 - no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data em que for protocolado o requerimento, salvo se houver exigência a ser cumprida, que deverá ser comunicada do interessado por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo;

2 - no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do cumprimento da exigência a que se refere o item anterior;

3 - expirados os prazos constantes neste parágrafo, considera-se automaticamente concedida a respectiva autorização, independentemente de sua comunicação ou de qualquer outra manifestação da autoridade ao requerente.

§ 2º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser enviado por meios de comunicação eletrônica.

Art. 10. O Poder Executivo, com a participação e colaboração dos municípios onde se localizam as agroindústrias canavieiras e dos sindicatos rurais, criará programa visando:

I - à requalificação profissional dos trabalhadores, desenvolvida de forma conjunta com os respectivos sindicatos das categorias envolvidas, em estreita parceria de metas e custos;

II - à apresentação de alternativas aos impactos sócio-político-econômicos e culturais decorrentes da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar;

III - ao desenvolvimento de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores para a colheita da cana-de-açúcar.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através dos órgãos e dos conselhos municipais e Câmaras Setoriais da cana-de-açúcar, com a participação das demais Secretarias envolvidas, acompanhará a modernização das atividades e a avalia-

ção dos impactos da eliminação da queima sobre a competitividade e ocorrências da cadeia produtiva.

Art. 12. O não cumprimento no que determina a presente lei, nas exigências e condições instituídas em razão da aplicação de suas normas, sujeita o infrator ao pagamento de multa de 20 (vinte) UPFs/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), por hectare de área queimada.

§ 1º A penalidade estabelecida neste artigo será aplicada sem prejuízo das já estabelecidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal que tenha por finalidade o controle da poluição e a proteção do meio ambiente.

§ 2º Além das penalidade previstas neste artigo, o infrator será obrigado à recomposição da vegetação, quando for o caso, de acordo com critérios definidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 3º As penalidades decorrentes do descumprimento das disposições deste decreto incidirão sobre o responsável pela queima, seja ele proprietário, arrendatário, parceiro ou posseiro, ainda que praticadas por preposto ou subordinado e no interesse do proponente ou superior hierárquico.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A irracionalidade das queimadas

Está na constituição: todo ato que prejudica a saúde pública e o meio ambiente é criminoso. Logo, queimada é crime. Outra irregularidade é que ela não atinge nem de longe os 20% de índice de cobertura florestal, como prevê o código.

Além de criminosa é a causa de muitos males, a começar pelos problemas de saúde. Devido ao fato delas coincidirem com a época mais seca do ano, agravam as doenças respiratórias e de pele. Fato este constatado por profissionais e estudiosos da Saúde que vêm observando um considerável aumento no índice de moléstias como bronquite, asma alérgica, pneumonia e rinite.

Para o meio ambiente, seus efeitos também são desastrosos. No ar, lança gases tóxicos e cancerígenos, que contribuem com o efeito estufa - aquecimento da Terra e, alteram o clima e o regime das chuvas. O solo é empobrecido de nutrientes, sendo retirada sua camada mais fértil e favorecendo o aparecimento de ervas daninhas. Para os pássaros e outros animais, significa a perda do local em que viviam e muitas vezes a sua morte.

Do ponto de vista energético e econômico é considerada uma irracionalidade, já que desperdiça uma enorme quantidade de energia e, por empobrecer o solo, aumenta a necessidade de adubação química. Além do mais, o país fica mal visto no mercado europeu e americano que fazem restrições aos produtos que, em qualquer

fase se seu ciclo de vida, prejudicam excessivamente o meio ambiente.

Não se pode deixar de comentar também o lado social. São desumanas as condições de trabalho dos cortadores de cana queimada. Não há programas de classificação profissional ao trabalhador, que fica exposto a elevadas temperaturas, respirando cinzas, alimentando-se com uma dieta miserável e fria, sem qualquer direito social, recebendo uma remuneração indecente, sem um equipamento adequado de segurança.

Seja sob a ótica ambiental, da saúde, jurídica, econômica ou social, a queimada é um ato destrutivo e precisa acabar.

O refúgio dos usineiros

Devido aos fartos subsídios oferecidos pelo PRO-ALCCOL a partir de 1975, a colheita da cana passou a ser feita pelas usinas, que se equiparam, adquiriram enormes quantidades de terras, arrendaram o restante das propriedades agrícolas e, o que é pior, passaram a queimar a palha da cana para ganhar eficiência no corte e no transporte e a pagar menos aos trabalhadores rurais. Porém, se ao invés de ser queimada, a cana fosse colhida crua (verde), haveria um maior aproveitamento energético, além de que a palha poderia ser transformada em ração, papel e para melhorar o próprio solo. Sem contar que o número de trabalhadores seria pelo menos duplicado. Desta forma, não cabe a desculpa de que a abolição das queimadas aumentaria o desemprego, desculpa essa em que os usineiros se apóiam.

Alternativas sustentáveis

- Aproveitar a palha da cana como fonte de energia e produção de adubo, ração;
- providenciar equipamento de proteção ao trabalhador para o corte de cana crua;
- dar maior valor ao trabalhador por tonelada de cana crua;
- estabelecer programas de qualificação profissional para os cortadores de cana, tendo em vista a crescente mecanização do corte;
- utilizar mão-de-obra dos trabalhadores na entressafra para reflorestamento de matas e margens dos rios e córregos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró. O Deputado Plauto Miró usará o horário do Pequeno Expediente e o horário dos Democratas.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna no dia de hoje é o tema educação.

Começando e deixando registrado nesta Casa o resultado da forte chuva que aconteceu no município de Ponta Grossa e que prejudicou diretamente o Instituto de Educação César Prieto Martinez, colégio estadual em que eu estudei quando jovem e que há muito tempo vem sendo ocupado por bons professores e por alunos que dali aprendem e naturalmente seguem os caminhos em suas vidas.

Mas temos um problema seriíssimo, já tanto debatido nesta Casa, tanto cobrado do Governo do Estado do Paraná, tanto cobrado do Secretário da Educação do Estado, que é o pedido de reformas urgentes no Instituto de Educação. E com esta forte chuva que houve aconteceu o que aqui havíamos alertado: uma inundação total do Instituto de Educação.

Para terem uma idéia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quatro salas de aula foram alagadas pela chuva desta noite, porque o telhado daquele colégio está comprometido. E tudo isso já foi falado por muitas vezes na tribuna desta Casa por Deputados que representam Ponta Grossa. A sala dos professores também foi completamente alagada. O corredor que leva os alunos até as salas de aula teve um sério problema de desmoronamento e alagamento, onde a Defesa Civil lá do município de Ponta Grossa interveio para notificar o Governo do Estado do Paraná pelo perigo que está aquele corredor e também as instalações elétricas daquele colégio que estão comprometidas com a umidade e pode ali ter um sério problema de incêndio e outros problemas que possam existir também com a rede de energia elétrica do Colégio Estadual César Prieto Martinez, na cidade de Ponta Grossa.

Também temos os Diretores, os professores, periodicamente, se mobilizando para tentar fazer com que o Governo do Estado, o Governador Requião, o seu irmão, o Maurício Requião, tenham a sensibilidade de resolver o problema.

Para terem uma idéia, aos visitantes que aqui estão hoje, estamos falando do Instituto de Educação. Faz mais de quatro anos que ele necessita de uma reforma urgente e, periodicamente, existe um sério problema de alagamento. Só que passa o tempo, passam os meses, passam os anos e, infelizmente, a Secretaria da Educação não tem uma atitude concreta e clara para resolver o problema. Abriu licitações no decorrer destes últimos anos, acabou fazendo com que a licitação que havia sido publicada fosse cancelada, porque só uma empresa participou da licitação. Quando queremos, de concreto, resolvemos, e se o Governo do Estado do Paraná não resolver rapidamente esse problema do Instituto, sérios problemas podem acontecer. No corredor daquele colégio já começou o desmoronamento, onde a Defesa Civil esteve lá hoje pela manhã e alertou sobre o problema à Secretaria de Estado da Educação.

Então, cabe às autoridades competentes, ao Sr. Governador do Estado do Paraná e ao seu irmão, que é o Secretário da Educação, resolver esse sério problema do Instituto de Educação no município de Ponta Grossa.

Mas quero aqui me aprofundar um pouco mais, quero falar, Srs. Deputados, do problema da Educação, como um todo, no município de Ponta Grossa. Os colégios estaduais estão lá bastante tempo clamando por reformas. Reformas em certas regiões e bairros daquele município que vêm crescendo muito rápido e existe a necessidade de construção de novos colégios para poder fazer com que a demanda de novos alunos que vêm morar próximo a estes colégios possam ter a oportunidade de ocupar os bancos escolares dos colégios estaduais naquela cidade.

Passa a usar o horário do Partido Democratas

Para os senhores terem uma idéia vou citar, rapidamente, alguns bairros que exigem e têm a necessidade da construção de colégios: a região do Cará-Cará, o núcleo Santa Paula tem a necessidade de ampliação do colégio estadual, o núcleo 31 de Março também tem a necessidade de ampliação para que possa abrigar os alunos e naturalmente suprir a demanda lá existente. O bairro Borato tem a necessidade de se construir uma escola estadual, porque lá não existe uma escola estadual. O bairro Cristo Rei tem também a necessidade de construção de colégio, o bairro do Los Angeles também não tem colégio estadual.

E o pior de tudo isso é que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o aluno tem que estudar perto do colégio, perto da escola e infelizmente o Governo do Estado do Paraná, há bastante tempo, não investe na Educação, naquele município. Não sei se é um problema pessoal do Governador, do Secretário para com aquela região, para com aquela cidade, mas está deixando a desejar!

Para terem uma idéia, o município de Ponta Grossa vem transportando os alunos dos colégios estaduais, gastando mais de R\$ 60 mil por mês para poder locomover os alunos, na maior parte carentes, do seu bairro até as escolas estaduais. Então imaginem, uma cidade grande como Ponta Grossa, a 3ª ou 4ª cidade em população no estado do Paraná, tem que no quadro urbano transportar criança de um bairro para outro, tudo isso sendo pago pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, porque o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, não paga o transporte desses alunos.

Então o problema é sério, é crítico. Quero deixar aqui registrado, deixando sempre muito claro que os alunos de 1ª a 4ª série é obrigação da Prefeitura oferecer escolas para eles e também o transporte escolar, e quero deixar aqui claro: a Prefeitura de Ponta Grossa vem fazendo e cumprindo com seu dever que é oferecer o espaço físico para os alunos e um bom espaço para que

professores e alunos possam lecionar e naturalmente aprender. De 5ª a 8ª série é o ensino fundamental, esse é obrigação do Governo do Estado e esse ensino fundamental que está faltando em algumas regiões da cidade de Ponta Grossa, e esperamos ver que o Governo do Estado do Paraná faça a sua parte. Sem contar, como diziam antigamente, com o ensino médio que também é uma obrigação do Governo do Estado do Paraná oferecer estrutura para os alunos estudarem e também têm necessidade de ampliação de vários colégios e com a ampliação de muitos lá naquele município. Só para terem uma idéia: construção de novas escolas em Ponta Grossa não acontece há mais de seis anos. O último que construiu uma escola em Ponta Grossa foi o Governador passado, o Jaime Lerner, foi aquele que construiu seis grandes escolas, sem contar a ampliação e a reforma de muitas delas, dentro daquele município.

Fica aqui o alerta, estou encaminhando um requerimento à Mesa desta Casa, pedindo explicações ao Secretário da Educação, o irmão do Governador, o Maurício Requião, para que possa ele nos informar se existem projetos, se existe licitação pública e quando é que estes bairros de Ponta Grossa - vou repetir - o Cará-Cará, o 31 de Março, o Santa Paula, o Borato, o Cristo Rei e o Los Angeles vão receber a ampliação nas escolas estaduais existentes e onde não existem escolas quando é que vai ser construído?

Os ponta-grossenses clamam, pedem e reivindicam para que o Governador do Estado e seu irmão, Secretário da Educação, resolvam o problema de Educação em Ponta Grossa.

Chega de propaganda. Quando se liga a televisão especial, aquela televisão pública que é a televisão que transmite a tal da "escolinha" do Governador Roberto Requião, ela não mostra os problemas que existem. Lá eles divulgam como se não existisse nenhum problema dentro do estado do Paraná. E aquilo que eles mostram não é verdade.

É só ir a Ponta Grossa visitar os bairros daquela cidade e vão ver alunos que não tem espaço físico nas escolas estaduais para estudar.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, passo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

É de uma relevância extraordinária para o povo brasileiro e para nós paranaenses que somos o maior produtor agropecuário do país.

No mundo se fala em crise de alimentos. A ONU estabelecendo metas para criar um fundo internacional para produzir alimentos. E eu diria que nós brasileiros,

paranaenses, eu que sou do oeste do Paraná, que temos o maior PIB agropecuário concentrado nos núcleos de Toledo e Cascavel, podemos dizer que vamos abastecer o mundo.

Dr. Batista, tenha a certeza que a região de Maringá é muito produtiva, tem muita produção. Também as regiões de Campo Mourão, Londrina e todas as regiões do Paraná, que de fato, são orgulho para o Brasil pela sua produção.

É a oportunidade que o país tem de nós, de fato, termos metas com os países ricos que precisam da nossa comida. É um momento ímpar para negociarmos com esses países metas de longo prazo.

O Brasil pode fazer agora acordos de longo prazo para fornecer alimento para o mundo. Podemos estabelecer metas de produção com garantia de compra e preço. E também podemos estabelecer um plano para exportar mais produtos industrializados e menos matéria-prima. Nós podemos fazer isso. Está fácil, hoje, com o dólar em queda, as indústrias se readequarem e se modernizarem e transformarem a matéria-prima para que possamos vender a comida mais bem acabada.

Esse certamente é um momento extraordinário para o povo brasileiro e os paranaenses, vamos sim dizer, nadar de braçadas.

O Ministro Stephanes, o Ministro Guilherme Cassel, sabem, e já estão com metas arrojadas. Vão apresentar logo um pedido que o Lula fez, de como nós devemos produzir mais alimentos e quais vão ser também as condições externas. Temos que brigar para que eles tirem as barreiras impostas a nós, para colocarmos os nossos produtos lá fora.

Temos que cada vez mais ser competitivos. Para isso temos que criar condições para baixar custo de produção. O grande desafio é negociar contratos de longo prazo para o mundo. Chamar para negociar os países ricos que precisam da nossa comida e condicioná-los que tirem as barreiras econômicas dos nossos produtos.

O momento é extraordinário e tudo isso mostra que o país está bem e afora isso, gostaria de dizer, e que ficasse registrado nos Anais do Legislativo, que o país, de fato, que produz comida, vai produzir comida de muito mais qualidade e certamente é o momento extraordinário para sentarmos juntos com o Japão, com a Índia, com países que estão em crescimento e negociar contratos de longo prazo. Com planejamento vamos produzir o necessário, sem ter excessos, ter para quem vender, fixar preços, ter uma garantia de que vai ter renda para o produtor.

E para finalizar, Sr. Presidente, também venho aqui comemorar os extraordinários resultados da aprovação do Presidente Lula. Vejam só que o povo brasileiro percebe o quanto é verdadeiro aquilo que está acontecendo e que mexe no bolso do povo brasileiro que é o aumento da renda. A aprovação sensacional do Lula, a melhor de todos os tempos e todos os Presidentes nos enchem de muito orgulho, a ponto de a pesquisa que também foi feita fala que mais que a maioria da população quer um

3º mandato. Mas é claro que sabemos que isso ficará para uma pessoa que nós do PT, ou dos partidos da aliança, indicarmos, tocarmos essa política que de fato está colocando o país como um dos países que mais tem atração de investimentos, um país que de fato vai se tornar uma grande nação. Isso sim, hoje, temos certeza que o povo brasileiro, indistintamente da matriz ideológica, tem orgulho e pode dizer e bater no peito que o país está no caminho certo e que muitas coisas boas ainda irão acontecer no Governo do Presidente Lula.

Então, Sr. Presidente, queria registrar neste dia este momento histórico que vive o país na questão dos alimentos. É um momento para negociar contratos de longo prazo, com preço bom, que dê garantia de renda aos nossos produtores, criar condições de infra-estrutura com as empresas para transformar mais as matérias-primas para conseguirmos agregar mais valor aqui para colocar os alimentos no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Esta Assembléia, a pedido do Deputado Romaneli, registra com satisfação a presença dos funcionários da Secretaria da Educação, que estão fazendo o curso técnico de gestão escolar pré-funcionário. São professores e funcionários administrativos que vieram lá de São Mateus do Sul, de Antonio Olinto, de Paulo Frontin e União da Vitória. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Secretaria da Educação.

Quero fazer comentário sobre duas proposições que estou fazendo nesta Casa hoje. Uma é um pedido de informação que faço ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná solicitando informações sobre o gasto com publicidade de alguns municípios do Paraná. Acompanhamos recentemente nesta Casa discussões sobre gastos com publicidade do Governo do Estado sobre o que foi aprovado no orçamento do estado para este ano e é bom acompanharmos também como as Prefeituras estão se comportando em relação aos gastos com publicidade. Por isso estou solicitando apoio do Plenário desde já para aprovarmos esse pedido de informações ao Tribunal de Contas, solicitando informações de gastos com publicidade dos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina, para que possamos acompanhar o gasto com publicidade em 2007 e nos primeiros meses de 2008, para acompanharmos a evolução da despesa com publicidade em comparação com 2007.

Também, Sr. Presidente, apresento um projeto de resolução apoiado por diversos Deputados, alterando a redação do artigo 170 do Regimento Interno. Isso para

que possamos alterar o que acontece hoje em relação às emendas que acompanhamos ontem aqui, emendas que receberam parecer contrário da CCJ e vêm normalmente para o Plenário para serem apreciados. Não é o caso só dessas emendas que aprovamos e rejeitamos ontem. Mas diversas emendas nós temos acompanhado.

Uma emenda de Plenário que tenha o mesmo tratamento que um projeto de lei, porque quando apresentamos aqui um projeto de lei, e ele recebe parecer contrário da CCJ, ele não segue adiante.

Por que uma emenda com parecer contrário da CCJ volta a se apreciada no plenário? É um contra-senso!

Peço apoio aos Srs. Deputados para alterarmos o artigo 170 do Regimento Interno, para que as emendas passem a ter o mesmo tratamento de um projeto de lei.

O Deputado apresenta a emenda no plenário, ela vai para a CCJ. Se ela receber parecer favorável, a emenda será apreciada no plenário. Se o parecer for contrário, o Parlamentar terá possibilidade de recorrer na CCJ. Caso a CCJ mantenha o parecer contrário, ainda cabe ao Parlamentar recorrer ao Plenário, do parecer e não das emendas ou do projeto. Caso o Plenário modifique o parecer do Relator, aí sim a emenda ou o projeto passa a ser apreciado pelo Plenário. Mas não a emenda ser apreciada pelo Plenário com parecer contrário da CCJ. É a incoerência.

É nesse sentido que apresento alteração ao artigo 170 do Regimento Interno desta Casa, e peço apoio dos Parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e os funcionários da área da Educação que muito nos honram com a visita.

A nossa luta, como Deputado de Oposição, é sempre sensibilizar o Governador Roberto Requião no sentido de dar ao servidor público o devido reconhecimento, inclusive no que diz respeito à parte salarial que anda muito defasada, principalmente com essas altas do custo de vida, e está castigando demais a classe trabalhadora brasileira.

Estamos anunciando a entrada, para apreciação nesta Casa, de um projeto de lei de nossa autoria, estabelecendo obrigatoriedade para quem for tirar carteira de habilitação, a impressão digital para verificar se àquele que está pagando - e não está pagando barato porque está caro para tirar carteira de motorista. Por isso, têm muitos pilotando moto e até dirigindo automóvel sem carteira de habilitação e quando interpelado a pessoa responde que ainda não conseguiu dinheiro suficiente para pagar, primeiro, a

auto-escola e, segundo, as taxas do DETRAN, que são pesadas, que oneram demais. Em resumo, para tirar uma carteira de habilitação, computando auto-escola e as taxas do DETRAN, isso passa de R\$ 1 mil.

Muitas vezes, a pessoa está desempregada, precisa da carteira. Às vezes, até surgiu um posto de trabalho, um emprego, mas sem a carteira não vai poder ser admitido no emprego que está buscando. Por isso, acho que até que teria que ser mais barato para se habilitar os interessados e interessadas na carteira de habilitação e, também, já que hoje se faz necessária a passagem pela auto-escola que tenha, de fato, um comprovante de cada aula teórica que o candidato à carteira de habilitação assistir e um comprovante de cada aula prática que ele participar. Que ele deixe como comprovante, diariamente, ou em cada aula, a sua impressão digital.

Sr. Presidente, quero avisar que vamos falar, também, no horário do Partido Progressista, por deferência do Deputado Duílio Genari, da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Ney Leprevost, e queremos enfocar um assunto que está me deixando encucado. É um assunto ligado à Centronic, essa empresa de vigilância que ficou famosa. Ela presta serviços em Curitiba e em muitas outras cidades. É uma empresa muito poderosa. Tivemos até uma desgraça, quase que poderíamos considerar um fato sem precedentes na nossa história, em que um garoto de 18 anos, o Bruno, filho do jornalista Vinícius, da Gazeta do Povo, foi morto pelos seguranças da Centronic.

O garoto foi pego pichando a parede de uma clínica, deve ter tocado o alarme na central, veio um grupo de seguranças da Centronic, agarrou o garoto, levou para dentro da sede da empresa, torturaram, bateram nesse garoto e quero crer que a sentença de morte desse garoto foi decretada no momento em que ele apanhou, foi esbofeteado, levou murro, soco, pontapé, dos truculentos seguranças da Centronic. Sua sentença de morte foi decretada no momento em que ele se identificou: "Eu sou filho do jornalista Vinícius Coelho. Vocês vão ver quando eu sair daqui. Vou contar para o meu pai. Vocês vão pagar caro!" Aí os seguranças fizeram uma besteira. Como corrigir? Em cima de uma besteira, fizeram outra maior: "Puxa, filho de jornalista, como resolver? Só matando e sumindo com o cadáver!" Foi o que aconteceu, mas dos males tivemos praticamente a felicidade, dentro dessa desgraça, que o crime fosse descoberto. Alguém, creio até que da própria Centronic mesmo, indignado com a brutalidade praticada por seus colegas, acabou denunciando o fato.

Pois bem, onde é que queremos chegar, Presidente, com essa história da Centronic? É no noticiário que foi estampado no Paraná, acredito que em quase todo Brasil, com a prisão de um advogado e também do radialista, ex-Vereador, ex-Deputado, Ricardo Chab. A acusação contra o advogado e contra o radialista da Rede Record e da Rádio Mais de São José dos Pinhais, era de tentativa de extorsão mesmo. Não vamos entrar na discussão na parte

de extorsão ou não extorsão, porque isto já foi amplamente debatido, publicado e divulgado nos canais de televisão, nos jornais e nas emissoras de rádio.

Agora, o que me encuca, como cidadão dentro deste terrorismo que tem hoje na cabeça das famílias brasileiras, principalmente no caso da garotinha Isabella, de São Paulo que traumatizou milhões e milhões de brasileiros, é que o dono da Centronic - prestem atenção, Srs. Deputados - está no noticiário, foi filmado, o dono desta empresa foi filmado, aliás, parece que ele mesmo se filmou, abrindo a pasta com uma facilidade incrível, e entregando R\$ 35 mil para o advogado do radialista, num acordo que pelo que se divulgou, envolvia R\$ 70 mil, porque lá para trás já tinha havido outra extorsão. Primeiro, teria havido a extorsão no caso da morte desse garoto de 18 anos.

Mas, e agora? Aí é que vem outro fato muito lamentável e que não podemos ficar calados, omissos, porque está nos noticiários e todos os veículos divulgaram, que o dono da Centronic estaria pagando um novo achaque, uma nova extorsão, porque alguém, um cidadão da região metropolitana de Curitiba está desaparecido. Ora! Se não tem nenhum fato grave contra essa empresa de segurança, por que o cidadão vai a domicílio, na casa do Sr. Ricardo Chab, abrir a pasta e entregar o dinheiro? Para não falar mais mal da empresa dele, porque estava no ar a fumaça, a interrogação do desaparecimento de mais um paranaense.

Então, fica a dúvida senhores: se a empresa não tem nenhuma culpa, porque pagar 80 mil e porque depois pagar 70 mil, se não tem nada a temer? Ela processe o radialista, processe o advogado, entre com todo tipo de ação, mas a partir do momento em que a empresa aceitou pagar, deliberadamente, a extorsão, fica esta dúvida: quem é que está desaparecido?

Dá a pergunta que fazemos, inclusive endereçada ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Paraná e quem sabe até seja obrigação nossa indagar o próprio radialista Ricardo Chab e o advogado que estão presos, quem é a pessoa que está desaparecida? Será que é mais um que foi pego, que foi agarrado pelos seguranças? Será que é mais alguém que foi vítima de truculência, de tortura? Foi morto e jogado em algum matagal, como foi jogado esse garoto de apenas 18 anos de idade?

Notem, alguém teria desaparecido aqui de Curitiba ou de alguma cidade próxima de nós. E pelo tipo de notícia, pelo tipo de extorsão, dá a entender claramente que algum mau segurança pode ter torturado e matado mais alguém. E usando o uniforme desta empresa, a Centronic. Então, acho que caberia interpelar o dono da Centronic, interpelar o radialista Ricardo Chab, o advogado e pedir aos órgãos de Segurança Pública do Paraná que levantem este quadro, e se tem alguma família que suspeita que seu filho ou alguém da sua família desapareceu, vítima das mãos brutais de algum segurança da Centronic, que procure esta Casa. Tem aqui a Comissão de Segurança, acho que todos os Parlamentares estarão colocando seu

mandato à disposição para que isto seja devidamente esclarecido.

Volto a repetir: se não tinha nada de errado nesta empresa de segurança, por que estaria a empresa pagando tanto dinheiro assim para que não se falasse mal desta empresa?

Quando poderia bater à porta da Polícia e à porta até do Poder Judiciário?

Portanto, Presidente, é muito estranha esta situação, esta notícia que está no ar de que a extorsão seria paga em nome de não se falar na televisão, de não falar no rádio, de não se falar mal da empresa e não ficar divulgando que mais uma pessoa está desaparecida no Paraná. E se está desaparecida, é aquela pergunta: desapareceu por quê? Morte natural? Não é. Está aí a dúvida, a interrogação e a necessidade que nós Parlamentares temos que exigir que seja apurado para ver se mais alguém morreu nas mãos de algum segurança da Centronic.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência deseja também anunciar e agradecer a presença do Vereador de São Mateus do Sul, Franco, e sua esposa Vera Lucia.

Deputado Ney Leprevost, ainda no Pequeno Expediente.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, hoje pela manhã eu lia no jornal Folha de São Paulo pesquisa dando conta de que 51% dos brasileiros são favoráveis a uma mudança na Constituição para que seja dada a oportunidade ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de concorrer a um 3º mandato. É inegável, Sras. e Srs. Deputados, que o Presidente Lula vive um bom momento diante da opinião pública, pelos programas sociais que o Governo Federal desenvolve, pela estabilidade econômica do país e também, evidentemente pelo PAC, que sem dúvida alguma é um grande programa. Gerido por um membro do nosso Partido Progressista, ao qual pertence o Deputado Antonio Belinati, a Deputada Cida Borghetti, o Deputado Duílio Genari e eu.

Não votei no Presidente Lula, não votaria no Presidente Lula por convicções pessoais, políticas e ideológicas, principalmente partidárias. Mas, sou obrigado a admitir que o momento do Presidente Lula é de lua de mel com a opinião pública. Ontem à noite, os telejornais chegaram a mostrar dentro do próprio estado de São Paulo, em um evento do PAC, o Presidente pedindo para que as pessoas lá presentes, certamente militantes, não viaassem o Governador de São Paulo, José Serra, que vem fazendo uma excelente gestão.

Não tenho dúvida alguma, pela postura que o Presidente tem demonstrado e até pela sua insistência em negar que seja candidato a um 3º mandato, que no futuro há uma intenção. E lá em Brasília esses rumores já estão correndo pelos corredores do Congresso Nacional a

todo vapor, não uma intenção de 3º mandato, como imagina a opinião pública, o que seria um golpe, porque mesmo que haja aprovação popular, 3º mandato equivale a rasgar a Constituição Federal, equivale a rasgar a Carta Magna deste país. E um país que não respeita a sua Constituição Federal, um país que não se apega às suas leis, é um país que joga na lata do lixo o estado de direito. E o estado de direito tem que ser preservado, até para que os direitos das minorias sejam respeitadas também. Na democracia, Deputado Belinati, não só o direito da minoria prevalece, as minorias também têm direitos e deveres, assim como as majorias, que devem ser respeitados.

O que se trama nos bastidores em Brasília - e subo a esta tribuna para denunciar isso publicamente - é a prorrogação para seis anos de mandato para o Presidente Lula, para os Senadores da República, para os Deputados Federais e, inclusive, para nós, Deputados Estaduais. Isto é inadmissível.

Quero sim estar, novamente, daqui a quatro, cinco anos, mas eleito democraticamente pelo voto popular, não através de uma mudança constitucional que com o pretexto de unificar as eleições em todo o país, estique os mandatos para seis anos. Isto é antidemocrático e antiético e devemos levantar a voz contra este plano que se articula e que está a cada dia mais forte, nos bastidores do Congresso Nacional.

Concluir, Sr. Presidente, dizendo que espero que a sociedade civil organizada, que a imprensa, que aqueles políticos, Parlamentares e Deputados que ainda têm ética e dignidade, que querem estar exercendo o mandato eleitos pelos braços do povo e não se beneficiando de uma jogada de tapetão, permaneçam vigilantes. Porque vem aí uma tentativa de prorrogação de mandato, para seis anos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, solicitei ao Líder da nossa Bancada, para que pudesse também utilizar o horário do Grande Expediente, porque há dois temas que me trazem a esta tribuna. Obviamente, que no Horário da Liderança, já de antemão solicito a esta presidência, que seja concedido assim que se concluir os cinco minutos, poderemos tecer alguns comentários a respeito desta preocupação, demonstrada aqui pelo Deputado Ney Leprevost.

Embora de antemão eu já diga aqui que é notório e público e repetidas vezes o Presidente Lula é reiterado não ser ele promotor desse debate, nem tão pouco ser a sua intenção ficar mais quatro, seis, oito ou 10 anos, aliás, como já aconteceu em extensão de mandatos, quando o Presidente Sarney tinha quatro anos e fez no Congresso Nacional - eu diria que legítima,

embora discutível - para que se tivesse cinco anos. E também, Deputado Ney Leprevost, como aconteceu quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiado pelo PT, que na época tinha o Deputado Maluf como Presidente, fez um processo para reeleição em meio ao seu mandato. Não há absolutamente nada de novo, de escandaloso, de se colocar alerta como se estivesse preparando um golpe contra a população e as instituições. Ao contrário, o que estamos vivendo é um momento ímpar na nossa história, onde a despeito de todas as informações feitas antes que o Presidente Lula assumisse, hoje temos um Governo que vem ao encontro da maioria da população. E que talvez, justamente por isso, não só por isso, mas talvez por isso reflita essa tendência nas pesquisas.

Mas, não é essa a intenção do assunto, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna. O que me traz aqui é absolutamente diferente de tudo o que fiz nos oito anos que em que fui Vereador e nos cinco anos em que estou, aqui, na Assembléia Legislativa e não, aparentemente, nenhuma relação com o nosso mandato. Mas o faço a pedido de determinados setores da nossa sociedade, falei com o Presidente, inclusive, que é atleticano, embora o Líder da minha Bancada seja também paranista, mas para colocarmos, assim, uma situação que não é específica do Paraná Clube, mas que me parece que é muito mais do esporte do Paraná, do estado do Paraná.

Todos os Srs. e as Sras. Deputadas que acompanham ou acompanharam o futebol - e por isso falo que não tem precedente na minha caminhada dentro do Legislativo - viram o que aconteceu na último jogo da Copa do Brasil entre o Paraná Clube e o Internacional. Um jogo que teve, obviamente, momentos bastante discutíveis, mas que não é nisso que eu quero me ater, o que estou apresentando hoje é uma moção de apoio à diretoria, aos atletas e à torcida paranista. Por que faço isso? Porque poucas vezes eu vi, Deputado Anibelli, o senhor que é torcedor coxa branca, poucas vezes vi um jogo com uma forma tão escandalosa de arbitragem como vi na última quarta-feira. E não fui só eu que fiz isso. Na quinta-feira conversei com o Vice-Governador Orlando Pessuti, Deputado Curi, o senhor que também é atleticano, e todos, sem exceção, literalmente, vieram falar que o Paraná foi lesado na quarta-feira. E eu sei que esse não é normalmente o espaço onde nós fazemos esse tipo de comentário, principalmente eu que sou um modesto torcedor da curva norte. Eu que gosto de futebol, que aprendi a gostar de futebol, o meu avô era Ferroviário, o meu pai é Ferroviário, os meus tios são Ferroviários, eu fui sempre torcedor do Ferroviário. Os meus filhos são torcedores do Paraná, o meu neto é torcedor do Paraná Clube. mas, quando eu vi aquele jogo terminar e vi a minha filha sair da sala chorando e dizendo que nunca mais iria a um estádio de futebol, porque todo jogo, em determinado momento, estava com as cartas marcadas, eu acho que é preciso que tenhamos uma resposta de todo o setor.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Sr. Presidente, como eu relatei, quando eu vi minha filha e quando eu conversei com o meu genro e o meu neto de cinco anos que mora em Maringá e que também saiu, embora fosse meia-noite e dez, extremamente triste com o resultado, acho que aquilo não refletiu apenas o sentimento de algumas pessoas, refletiu um processo que, reiteradamente, acontece com o esporte do Paraná. Parece que futebol só existe no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, porque os nossos clubes todas as vezes que vão para determinados confrontos são, quase que por um passe de mágica, prejudicados com clubes desses outros estados. Aconteceu com o Altético que ganhava de 3x0 do Grêmio e que teve três jogadores expulsos e o Grêmio empatou e aquele jogo levou. Aconteceu com o Atlético no ano passado, com o Internacional, aconteceu com o Curitiba, e agora acontece com o Paraná Clube.

Então, acho que é mais do que uma questão que vincule a esse ou àquele clube. Podíamos ter perdido de oito, de nove, de dez, não tinha problema, mas queríamos perder no campo e não no apito. E perdemos no apito. É vergonhoso que um Juiz, que não é cego, não tenha visto o pênalti que o Brasil inteiro viu. É vergonhoso expulsar um jogador por uma falta em que 99% dos casos é uma falta para cartão amarelo. É vergonhoso expulsar um jogador que foi agredido como foi o nosso caso.

Então, ao Sr. Wagner Tardelli - eu não vou fazer uma moção de repúdio a ele porque acho que ele é muito pequeno para receber uma moção de repúdio da Assembleia Legislativa - o Sr. Wagner Tardelli não deve mais apitar jogos do Paraná em todos os campeonatos

Estamos na série B e lá na série B vamos buscar voltar, mas voltar no campo, não no apito.

E como eu falei: sou um modesto torcedor da curva norte, assim como é o Deputado Luizão, assim como é o Deputado Luiz Carlos Martins.

Mas, Deputado Luiz Carlos Martins, somos aquilo que diz o Hino do Paraná: eu sou a camisa 12 que tanto te ama, sou teu torcedor. E eu fiquei extremamente triste quando vi aquilo, extremamente triste porque no jogo aqui - Paraná e Internacional - a gente cansava de gritar para cima deles: tricolor! Todos nós saímos de lá achando que poderíamos perder, mas que não seríamos roubados. Ao contrário, podemos ter perdido, mas perdemos no apito.

E a Federação Paranaense tem a obrigação de se manifestar. Não pode a Federação Paranaense, espero que não faça o seu novo Presidente achar que estas coisas são normais para o esporte do Paraná, porque acontecendo isso, Srs. Deputados, a cada momento que temos um atleta aqui no Paraná que se destaca, a primeira coisa que ele faz é dizer que ele quer ir para um time grande, de São Paulo, do Rio, de Minas ou do Rio Grande do Sul, e assim estamos perdendo todos os nossos talentos, todos nós, os três clubes aqui da capital, está perdendo também

o clube de São José dos Pinhais, que é o J. Malucelli, estão perdendo os clubes do interior do estado do Paraná, estão perdendo, principalmente, os jovens que acreditam no esporte, os jovens que vão aos estádios, adolescentes, crianças que cantam, que gritam, que fazem daquele um momento de entretenimento, mas que também fazem daquele um momento de paixão pelo seu clube. Estão vendo que muitas vezes as coisas não acontecem apenas no campo.

O Internacional não precisava daquilo, Deputado Zucchinho. O Internacional não precisava que um Juiz mal intencionado colocasse a mão para nos prejudicar. O Internacional poderia ganhar, tinha time para ganhar, mas teria que ganhar no campo.

Então, o que vejo hoje, e esta modesta manifestação, esta humilde manifestação de um torcedor que se sentiu lesado, é como eu falei, sou um torcedor da curva norte, eu vou para o estádio e nunca no estádio de futebol quis estar em locais que não fosse aquele, porque gosto de estar ali, mas gosto de ver jogo. Se cantamos o tempo todo que o tricolor é meu amor, eu não quero que esse meu amor sofra por ter sido vergonhosamente lesado como foi na última quarta-feira.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Veneri, primeiramente gostaria de dizer que os meus três times no Brasil são: o Cascavel Esporte Clube, o Corinthians e o Internacional de Porto Alegre.

Na quarta-feira passada, através da Rádio Guaíba, ouvi o jogo. Quero falar com a maior sinceridade possível: fiquei envergonhado pelo que eu vi, pelo que eu assisti, fiquei envergonhado.

Já fui Presidente de time do interior, o time do Cascavel, e sofríamos na carne esta pressão de Juízes, de bandeirinhas mal intencionados que acabam estragando o espetáculo. E olha, se aquele Juiz não estava na gaveta, então não existe Juiz gaveteiro, porque o absurdo que vimos, aquele Juiz fazer o que fez com o Paraná, é revoltante mesmo! E temos que registrar isto, porque fico aqui a imaginar o Diretor de Árbitro ver uma barbaridade daquela e não punir no outro dia o Juiz que agiu daquela forma. Ou ele não tem capacidade nenhuma, ele não sabe o que foi fazer no campo, ou ele é mal intencionado.

Então, apesar de ser Colorado, quero dizer a V. Exa. que fiquei angustiado, fiquei revoltado, fiquei imaginando o que fazem, o desrespeito com o povo, com a população, com os torcedores e com as diretorias que investem pesado no time e que vão para lá e são roubados, na cara dura.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Edgar Bueno.

Antes de passar ao Deputado Luiz Carlos Martins, acho que o senhor lembrou bem, gostaria de saber da

Comissão de Arbitragem o que aconteceria se fosse o contrário, como aconteceu com o bandeirinha, no Rio de Janeiro, contra o time do Botafogo e foi afastado dos gramados, aconteceu com outros Árbitros, como o Corinthians, que foi afastado dos gramados.

Então, temos que parar com esta história de achar que os meninos e as meninas que vão aos estádios podem ser humilhados, como muitas vezes os Árbitros fazem e nos envergonham por atuações medíocres como fez o Sr. Wagner Tardelli.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Tadeu Veneri, parabéns pelas suas colocações. Na verdade estamos chorando, sim, chorando de raiva, de vergonha e agüentando até as brincadeiras. Alguém chegou para o Deputado Tadeu Veneri e disse que aqui em Curitiba ninguém anda mais de Inter 1, nem Inter 2, só de Inter 5, ônibus. Deputado Tadeu, fizeram isso comigo também, mas tudo bem, isso faz parte do futebol e é bom que aconteçam essas brincadeiras.

Agora, o que aconteceu lá é digno de protestos veementes e parece que concordamos. Isso poderia acontecer com o Atlético, com o Coritiba. Agora, a questão de jogador, o jogador muitas vezes está jogando aqui, mas a cabeça dele já está lá não sei aonde, isso influenciado por quem? Por aqueles que têm interesse no dinheiro, não é mesmo? Dou um exemplo recente aqui desse menino que é um craque, o Keirrison, do Coritiba, ele é um craque, é um jogador diferenciado e passou por um momento difícil. Por que ele passou por um momento difícil? Porque a pressão em cima dele foi muito grande para ele ir embora daqui e agora ele voltou a mostrar o grande futebol dele como outros, em outros times. Já tem jogador do Paraná indo embora de novo, sendo vendido, entendemos isso, agora o que não podemos aceitar é o que aconteceu vergonhosamente, não vou nem falar o nome desse árbitro, se eu fosse ele iria para o banheiro, disfarçava, e nunca mais voltaria a um campo de futebol.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Luiz Carlos Martins, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estou apresentando hoje e vou submeter a todos os Deputados que queiram assinar, de todas as torcidas, essa moção de apoio à diretoria, à comissão técnica, aos jogadores, porque muitas vezes esses meninos que acreditam naquilo que fazem e se sentem constrangidos, como aconteceu inclusive com os nossos jogadores porque o Juiz os ameaçou dentro do campo, o que é uma vergonha, e principalmente com a nossa torcida.

Falo isso muito tranquilo porque nunca fui a estádio me identificando como sendo Deputado. Sempre fui ao campo como torcedor e vou continuar como torcedor! É como falei aqui: meu coração é Ferroviário, do meu avô, do meu pai, dos meus filhos e filhas, graças a Deus do meu neto, embora seu pai seja coxa branca.

Quero aqui deixar a todos os tricolores uma certeza: se nós este ano estamos na 2ª divisão, mas vamos voltar este final de ano, sem precisar de apito. E acho que, principalmente, porque dá muito gosto irmos para o campo e cantar alguma coisa que fica muito no coração da gente que é: joga com raça o meu Paraná que eu nunca vou te abandonar! Nunca vamos abandonar o Paraná, seremos sempre torcedores e é por isso que estaremos lá.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. da imprensa, convidados, cidadãos do estado do Paraná.

Subo à tribuna da Oposição nesta tarde, para falar sobre incompetência, falta de respeito, demagogia, falta de sensibilidade e, principalmente, desrespeito as ações dos Deputados Estaduais do Paraná.

Prometi a mim mesmo que vou tentar me controlar para não levantar a voz. Mas vai ser difícil! Pois antes de iniciar o meu pronunciamento, preciso informar que o colégio Instituto de Educação, um dos mais importantes colégios do estado do Paraná, na manhã de hoje, veio abaixo. Deixando ilhadas, presas, crianças, professores, e até mesmo o Diretor.

O Instituto de Educação, só para tentar recordar, é aquele colégio da cidade de Ponta Grossa que nós da Oposição, desde o ano passado, subimos inúmeras e inúmeras vezes a essa tribuna para dizer das condições precárias, das condições absurdas que se encontrava aquele estabelecimento de ensino.

Matérias em todos os jornais saíram sobre a possível interdição do colégio, o risco de vida das crianças, as condições sanitárias, de fiação elétrica, sem a mínima condição de se ter aula.

Pois hoje aconteceu, graças a Deus, não perdemos nenhuma vida de nenhuma criança de sete, oito, nove, 10 até os 17 anos. Estabelecimento que já teve quase 4 mil alunos. É alvo de todo desrespeito, falta de consideração e falta de sensibilidade por parte da Secretaria da Educação.

Hoje, quando estive cedo em Ponta Grossa e fui verificar as instalações, lá estavam os bombeiros, a defesa pública, a defesa civil, dizendo que não existem condições nem de trânsito nos corredores. E, sabe quanto o Governo do Estado liberou nesses últimos dias para esse colégio? R\$ 3 mil, para fazer as escoras do teto que estava caindo na cabeça das crianças. Eu falei aqui, e o que a Liderança do Governo me respondeu? Que era demagogia. Falou que eu estava mentindo, que o Instituto

de Educação e os outros colégios da região dos campos gerais iriam receber atenção imediata. E nós falamos: precisa ser em caráter emergencial. A licitação foi suspensa no ano passado, por suspeita de fraude.

Por incrível que possa parecer, suspenderam e não existe uma data para nova licitação e não existe previsão.

E aqui abro um parêntese. Por incrível que possa parecer, a licitação da publicidade nacional que também está sob suspeita, não foi cancelada e os 4 milhões já estão indo para os bolsos do Quêrcia, para fazer com que o editorial do jornal lance o nosso Governador à presidência da república.

Fiz diversos requerimentos pedindo providências imediatas à Secretaria da Educação. Quais foram as ações? Nenhuma!

O Sr. Secretário Maurício Requião, neste momento, acredito que esteja envergonhado, porque não só Ponta Grossa e não só a região dos campos gerais têm conhecimento desta notícia, porque em todas as redes de televisão saiu a notícia a respeito do risco de vida das crianças desse colégio. E quando eu trouxe as imagens, porque através da Comissão de Obras, a qual presido, fiz a vistoria naquele Instituto, constateei coisas absurdas: sanitários onde não existiam portas e onde não existiam patentes e as moças não sabiam aonde se dirigir para suas necessidades. É algo absurdo! Quando eu filmei e trouxe aqui para a Assembléia para mostrar aos Srs. Deputados, infelizmente fui proibido, porque as imagens eram extremamente chocantes e fortes. Agora, quero saber se o Governador vai proibir toda a imprensa do estado do Paraná.

Sr. Secretário da Educação: suas TVs laranjas, são duas que estão no Instituto de Educação, estão inundadas. Computadores, não existem, porque a fiação elétrica está toda comprometida. Uma professora caiu nas escadas - se é que se pode chamar aquilo de escada - e simplesmente recebeu inúmeros pontos na cabeça. Assim como outros estudantes. Mangueiras de incêndio não existem. Nenhum material de segurança. Aquilo tinha que ser interditado. E eu estou encaminhando ao Ministério da Educação, em Brasília, e também encaminho ao Ministério Público a minha indignação, porque era motivo, sim, até mesmo de interdição, porque o que não se cumpre, o que não se faz, através de uma Secretaria de Estado, deixando estudantes à mercê, deveria ser feito talvez até mesmo pelo Governo Federal.

Mas quero, também, aproveitar o Grande Expediente para dizer da falta de consideração com os nobres Parlamentares, porque quando fizemos os requerimentos e as solicitações, os pedidos e as cobranças, ninguém nos deu ouvidos. As respostas não vieram. Até hoje não vieram as respostas da Secretaria da Educação aos pedidos que fizemos aqui no Plenário, no Poder Legislativo.

Agora, fico imaginando, infelizmente o nosso poder está diminuindo a cada dia, porque o Poder Executivo agora está com vontade - melhor dizendo, o Governador está com vontade de ser Deputado Estadual -

porque foram 91 vetos a esta Casa, do Governador, a propostas populares, dos seus representantes, do Parlamento Estadual. E não foram só vetos aos Deputados da Oposição. Na semana passada o Sr. Governador vetou um projeto de minha autoria, que iria beneficiar centenas, porque não dizer milhares, porque podemos considerar as famílias, os portadores de necessidades especiais em todo o estado do Paraná, que poderiam ter a oportunidade de ter uma casinha, com todos os materiais essenciais. E a sensibilidade, matéria que foi aprovada por unanimidade pelos Parlamentares, que teve na TV Assembléia uma reportagem que sensibilizou e emocionou todos os cidadãos do estado do Paraná, inclusive a mim, que estava lá para dar a entrevista ao repórter.

Mas, não sensibilizou ao Sr. Governador. Este não. Foi frio e vetou, proibiu. Mas tudo bem. Somos da Oposição, da Oposição ferrenha. Somos briguentos, sim, vamos continuar dessa maneira até o final da nossa legislatura, e aqui eu não mudo, essa é a minha personalidade, mas preciso dizer que o Sr. Governador vetou projetos essenciais do PT, projetos muito bons do PT. O Sr. Governador vetou projeto, por exemplo, do Líder do Governo, Romanelli, que queria a pavimentação da estrada Marmeleiro. E sabe o que o Governador disse? Disse que não é competência dos Deputados, que na verdade o Prefeito que teria que pedir. Se o Governador não dá o devido respeito aos seus próprios companheiros, os amigos do Governador que estão aqui, às vezes, para defender o indefensável, como aconteceu ontem quando defendemos o salário justo, o soldo para os policiais e para os professores. Eles tiveram dificuldade para defender o Governo mas foram até o final.

Mas, essa fidelidade não é recíproca por parte do Governador. O Governador, pelo contrário, quando manda as mensagens para a Assembléia Legislativa, quer a aprovação imediata. Estão mandando uma PEC e querem amanhã que seja votada. Agora, quando um Parlamentar faz o mesmo questionamento, ou até mesmo faz um pedido de transparência como já fizemos a respeito dos gastos de publicidade desse Governo, a respeito dos cartões corporativos, a respeito da transparência nas Secretarias. É isso que queremos desde o começo dessa legislatura, e o Poder Legislativo já demonstrou, já deu provas a todos os cidadãos do estado do Paraná quando implantou a TV Assembléia para que todos pudessem acompanhar o trabalho efetivo de cada Parlamentar, e com esse painel possa acompanhar a votação de cada matéria importante. Essa é a transparência do Poder Legislativo. Agora, quero saber a transparência do Poder Executivo, quero saber se a PEC do nepotismo, vamos passar a limpo o estado, vamos começar pela PEC do nepotismo para tirar marido, esposa, filho, cunhado, periquito, papagaio, tudo do Palácio. Por que a PEC do nepotismo não foi por uma assinatura? E vou responder: por respeito, pela fidelidade que os companheiros da Base do Governo têm ao seu Chefe, ao Chefe do Poder Executivo.

Tudo bem senhoras e senhores, eu até respeito isso. Isso é importante para a política, já falei várias vezes a respeito dos Parlamentares que já subiram naquela tribuna para defender o Governo, mesmo de maneira complicada, mas eles subiram e fizeram a sua parte para defender o Governador Roberto Requião. Quando mandam os projetos de lei o Governador veta, proíbe; mas quando é para ser um projeto de aumento de cargos, quando interessa ao Palácio, sim, aprova-se em dois dias, e aí começam a receber mensagens nos celulares, porque eu vejo, muitos recebem: "Tem que votar, tem que votar".

Portanto, meus amigos, nobres Pares, acho que está na hora do Poder Legislativo mostrar independência, mostrar que existimos como Poder constituído pelo nosso povo, e temos voz, e a nossa voz é tão ou mais importante do que a voz do Palácio. Por isso, o projeto de lei é competência de Deputado. E, Sr. Secretário Maurício Requião, termino o meu pronunciamento dizendo que infelizmente esse seu lapso à frente de uma Secretaria vai ficar marcada na sua história política.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta semana está fazendo um ano do Projeto nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Mas não subi aqui para dar os parabéns, mas para alertar os Srs. Deputados, de que esse projeto que é extremamente meritório e foi anexado a um outro projeto de autoria do Deputado Stephanes Júnior, e tramita na Casa há um ano. Enquanto isso, o Paraná segue um outro caminho, que não o caminho dos 54 Deputados desta Casa.

É dever nosso observar essas questões. E eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, gostaria de tecer algumas considerações.

A primeira delas é que estima-se que a geração mensal de sacolas plásticas, no Paraná, esteja por volta de 500 milhões de sacolas despejadas no Paraná. É um dado do APRAS.

Isso tem um destino conhecido, os lixões. Se vai ao campo pode estar no rúmen da vaca, do boi e levá-los a morte. Pode estar nos rios, nos mares, principalmente entre a costa oeste dos Estados Unidos e o Haiti, um verdadeiro tapete que forra o fundo do oceano. Isso foi mostrado, em estudos recentes, na American Science - revista científica de alto padrão.

O estado do Paraná dá uma demonstração diferente. Já começou a adotar as sacolas plásticas. Todos os supermercados aqui do Paraná mudaram para sacolas oxibiodegradáveis. Resistem, no entanto, os internacionais.

O Wal Mart, que é detentor das marcas Big e Mercadorama, que não adotou. O Carrefour não adotou. O Extra e o Pão de Açúcar estão na Justiça e conseguiram uma liminar. O Wal Mart, na Argentina, diz ter uma sustentabilidade, mas aqui no Paraná não faz.

Quem sabe uma lei consiga fazer com que o Wal Mart mude de idéia. Mas não muda. Mas outros mudaram.

Hoje trouxe algumas sacolas de marcas que mudaram. Por exemplo: Tennis Training mudou para sacolas oxibiodegradáveis. As Lojas Americanas mudaram para sacolas oxibiodegradáveis.

No estado do Paraná, além da rede de supermercados, mudou as Livrarias Curitiba. A Vivo mudou, tinha esta sacola bonita, mas terrível para o meio ambiente - já mudou para esta. Passou direto de plástico para papel. Mudou aqui no Paraná, mais uma vez, a C&A, que era plástico puro e simples a sacola e, agora, plástico oxibiodegradável. Mudaram, aqui no Paraná, para sacolas oxibiodegradáveis: Casas Bahia; Balaroti; FNAC; Maresia; Lojas Marisa; Lojas Renner; o supermercado Patão; Pizza Hut; Ponto Frio; a rede de Farmácias Nissei; Leroy Merlin; Casa Fiesta; Casas Pernambucanas; Lojas Riachuelo; Fest Shop; Centauro; Drogamed; a rede Angeloni; Festival; Bigolin; SL Silk; Super Deal; Biguel Pães e Conveniências.

Como eu disse, absolutamente todos os supermercados do Paraná mudaram. A Pizza Hut, como eu disse, apresentava este plástico envolvendo as caixas de pizza e, agora, não fazem mais isso. Pularam direto para o papel. Mudou o Condor. Aliás, o Condor foi à Itália procurar razões para mudar e lá encontrou com o Presidente da Associação Mundial dos Polímeros Plásticos. Mudou o Governo. O Governo do Paraná adotou sacolas oxibiodegradáveis. Bom, tenho muitas sacolas aqui, mas chega. Está bom de exemplo. Só não mudou, ainda, a lei no Paraná. Só faltamos nós.

Não é possível que a sociedade caminhe para um lado e nós caminhemos para outro. Insisto, mais uma vez, e é a segunda vez que peço que tramitemos, com urgência, os projetos que fazem referência à proibição das sacolas plásticas e adotam as oxibiodegradáveis. É o Projeto de Lei nº 975/07. Estamos dando uma demonstração de descaso, no mínimo, ao movimento que faz a sociedade paranaense. Por favor, vamos modificar isso. Tenho a certeza absoluta se novos ventos sopram sobre as terras paranistas e a Assembléia Legislativa não pode caminhar do lado contrário.

Com aparte, Deputado Osmar Bertoldi.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Deputado Cheida, parabéns pelo seu depoimento, por este projeto que está tramitando na Casa.

Queria primeiramente dizer que muitas vezes o Legislativo se antecipa e cria legislações aonde a sociedade vem atrás daquela legislação. Infelizmente, no caso específico das sacolas, estamos correndo atrás. Na verdade, a sociedade está se antecipando, já está por conta própria e

com consciência ecológica que hoje o mundo moderno necessita, usando materiais diferentes, materiais biodegradáveis, recicláveis, no uso da imagem inclusive institucional de suas empresas. Acho que essa lei tem que ser votada em regime de urgência aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, até porque daremos uma demonstração de como paranistas que somos, que a nossa parte estaremos fazendo. Na verdade, não existe como se resolver o problema da sustentabilidade em nível mundial sem agir ponto a ponto. O caso das sacolas plásticas é um desses pontos que têm que ser combatidos.

Muito obrigado pelo aparte e parabéns pela sua proposição.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado Deputado Osmar Bertoldi, e gostaria de esclarecer que este projeto nem é meu. É do Deputado Caíto Quintana junto com o Deputado Stephanes Júnior. Originalmente, inclusive com outro projeto da Deputada Rosane Ferreira que retirou em função de ter sido contemplado.

Quero dizer mais uma coisa que acho importante: são mais de 700 lojas no Paraná, e grandes. V. Exas. viram aqui que estamos falando em todos os supermercados, Casa Bahia, Casas Pernambucanas, Riachuelo, Marisa e tantas outras que já mudaram. A Tribuna do Paraná e o Estado do Paraná mudaram também. O Estado do Paraná já manda aos seus assinantes o jornal envolto em sacola oxibiodegradável. Em bancas também, aos jornalistas. A Gazeta do Povo estuda a mudança também, segundo me informou a Secretaria do Meio Ambiente.

Existem algumas redes que já baniram as sacolas, não querem nem as oxibiodegradáveis. São elas: a Vivo, a Tim, O Boticário e Pizza Hut que não querem, porque entendem que há alternativa, se não as sacolas de papel, têm as feitas com cana-de-açúcar, com batata, com inhame, cará, mandioca. Produtos absolutamente orgânicos que não ferem em nada o meio ambiente.

Acho que a Assembleia Legislativa precisa dar essa demonstração. A sociedade caminha celeramente para um lado. Acho que é para o lado certo. Evoco os Deputados a que façam o mesmo. Com aparte, Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

Deputado, acredito que ficou meio apertado o tempo, até porque esse é um projeto que passou pela minha mão e também hoje ele tramita na Assembleia Legislativa. Gostaria de fazer o contrário do que o Deputado Bertoldi fez, parabenizando esse projeto, parabenizando a Deputada Rosane por ter tirado o projeto dela. Por que estamos falando em retirada de projeto? Porque ouvimos a sociedade, porque fizemos Audiências Públicas e não ficou nada provado que essa é a melhor saída para o meio ambiente. O que ficou provado? Que há uma pressão muito grande da empresa americana que vende o aditivo, que já me cria dúvida. Há uma pressão muito

grande do IAP, do Governo do Estado e do Secretário do Meio Ambiente, que querem colocar goela abaixo o oxibiodegradável, que não garante nada ao meio ambiente, porque as partículas que sobram disso vai prejudicar muito mais a sociedade.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Gostaria de ouvi-lo, mas é preciso rebater os seus argumentos iniciais. Eu trouxe um laudo do TECPAR, já trouxemos aqui o maior especialista em plásticos oxibiodegradáveis do mundo, em uma Audiência Pública - V. Exa. esteve aqui rapidamente. Digo que o Condor - é possível checar - foi à Itália para buscar a opinião do maior especialista que há neste país sobre isto. Acho, Deputado Edgar Bueno, que as opiniões podem ser conflitantes e o Parlamento é para isso mesmo, mas não há pressão do Governo do Estado e nem da Secretaria e muito menos deste Deputado. O que existe é uma resistência.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a intervenção do Deputado Cheida.

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças.

PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero, antes da minha fala, cumprimentar aqui as professoras que visitam a nossa Casa, da nossa querida São Mateus do Sul.

Tenho que tratar de outro assunto que o Paraná assiste há muitos anos. Aqui funciona da seguinte maneira: quem contrariar o Exmo. Sr. Governador do Paraná estará sujeito às retaliações. Se formos buscar aqui a história fica muito fácil fazer o posicionamento e o contraponto.

Hoje eu estava sentado em meu carro, ouvindo uma rádio local, que reprisava a fala do Sr. Governador, que falava desta Casa, da PEC que ele encaminhou a esta Casa. Todos sabemos porque surgiu a PEC. Não é por menos que ele é três vezes Governador - é um marqueteiro. Quando o encurralam, ele tem uma saída, ataca alguém.

Vou lembrar de alguns fatos que recordamos aqui. Lembram de um determinado tempo em que o Judiciário tomou algumas medidas contra o Governador? O que ele fez? Atacou o Judiciário violentamente. Antes, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que está aqui - quero dizer ao Governador que ele ainda vive na Idade da Pedra. Ele está no século XXI e não vive à época da internet, da comunicação instantânea. Vi nos jornais de hoje, parece incrível, um Deputado pede informações das ações do Governo,

este não fornece as informações e o Deputado vai à Justiça e as consegue. Isso aconteceu com os Parlamentares da Oposição, nas quais honrosamente eu as lidero.

Fomos buscar as informações dos famosos cartões corporativos do Governo do Paraná. Não quiseram entregar. Foi um ano de luta, um ano de requerimentos, um ano de trabalho, mandaram aqui um dia. E aí, me desculpe a Secretária da Administração, ela diz: “Mande as informações.” Falta com a verdade a Secretária. Ela encaminhou a esta Casa a relação dos funcionários que têm cartão corporativo. Mas, a mim não interessa quem tem cartão corporativo; o que me interessa é quem usou o cartão corporativo. Vou citar aqui um exemplo: um determinado funcionário do Palácio Iguaçu - não vou citar nome aqui - viajou para Foz do Iguaçu. Eu, através do seu cartão corporativo, vou saber quanto ele gastou e no que ele gastou. E se achar que ele gastou demais, vou pedir explicações para o Governo. E se achar que ele não deveria ter viajado para lá, o Governo vai ter que dizer o que ele foi fazer em Foz do Iguaçu e por que parou no Hotel Bourbon, um dos melhores hotéis de Foz do Iguaçu. Vai ter que explicar, sim.

Sou Parlamentar, estou aqui para exercer a minha função. Intimidar-me, nunca, Governador. Agora, não tenho e não posso tirar o seu mérito: é um grande marqueteiro! Claro, que ao ser um grande marqueteiro, ele nunca ganhou uma eleição no Paraná se não fosse desqualificado os seus adversários.

Começou a sua caminhada política, pegou pela mão do ex-Governador José Richa, falecido ex-Governador José Richa. Ele, um jovem candidato a Prefeito de Curitiba. O Governador da época o pegou pelo braço e o levou aos terminais de Curitiba e o transformou no quê? No Prefeito de Curitiba. O que aconteceu com esse Governador? Logo depois que ele saiu da Prefeitura, ele foi ser candidato a Governador. E o que aconteceu? Quem era o seu adversário? Aquele cidadão de respeito, que hoje não está mais entre nós, que o tinha levado pela mão aos terminais de ônibus para pedir votos para que ele se transformasse Prefeito. Quem é o primeiro candidato a Governador que foi atacado? Aquele que o transformou em Prefeito de Curitiba, o falecido Governador José Richa. Começou a sua caminhada assim e teve sucesso atacando.

Aí veio a eleição com o Senador Osmar Dias. Lembram o que ele disse para o Senador Osmar Dias na campanha de Governador - talvez alguns esqueçam - quando falaram do pedágio, o que o Governador Requião respondeu? “Comigo esse pedágio é brincadeira. Ou baixa ou acaba”. Não acaba e não baixa. Quem vai pela Lapa sabe que ele inaugurou um pedágio na Lapa. Quem não recorda aqui da grande polêmica criada - agora vou para os assuntos mais recentes - ele sempre dizia que o melhor Secretário da Agricultura que ele teve neste estado, e isso é reconhecido por todos os paranaenses, tinha sido o Senador Osmar Dias. O que ele fez com o Senador Osmar Dias na campanha? Saiu da casa do

Senador Osmar Dias às 8h da noite, pedindo o seu apoio, oferecendo o mundo para o Senador Osmar Dias para que ele não fosse candidato a Governador. E aí o Senador Osmar Dias, corajosamente, foi candidato a Governador. E o que aconteceu com ele? Foi atacado na questão pessoal. Aquele homem que era o melhor Secretário da Agricultura tornou-se um homem que não servia para os paranaenses, principalmente para o paranaense Roberto Requião.

E nós, sem estrutura, sem organização, sem nada, quase que vencemos essa eleição. Faltaram apenas 6 mil votos, porque a diferença foi de 10 mil votos. E aí vem vindo, se formos recordar aqui, lembram quando o Ministério Público mexeu aqui com o nepotismo, porque não tem como, às vezes fico pensando comigo: Rossoni, como você vai ser Líder da Oposição? Eu não gosto de mexer com questões familiares. Quando tem alguém da família, sempre tenho o maior cuidado, porque tenho na minha família, aonde chego em casa e ali me vem a tranquilidade e o descanso da minha família, junto com a minha esposa, junto com as minhas filhas, junto com meu filho, junto com meu neto, junto com as pessoas que convivem o final de semana conosco. Não gosto de mexer com a família, mas como é que se pode fiscalizar o Governo se em cada lugar que você vai encontra um parente do Governador? Aí não tem jeito de você não mexer com a família. E aí o que acontece, Deputado Ney? Quando o Ministério Público pede para que os Poderes sejam moderados na questão do nepotismo, até moderados, que tenham cuidado com a questão do nepotismo - o Ministério Público sofre as maiores retaliações, as maiores retaliações que já sofreu na história do Paraná.

Quero deixar o Ministério Público. Quem não recorda aqui, a imprensa, quando foi instituído aqui o Troféu Severino Cavalcanti a um dos homens mais respeitados deste estado, que é o Dr. Francisco da Cunha Pereira. Por que aconteceu isso? Porque a Gazeta do Povo ousou fazer algumas críticas ao Governador. Quais os comentários que ele fez ao Dr. Paulo Pimentel, porque o seu jornal ousou fazer algumas críticas ao então Governador? Todos.

E agora o último episódio - Tribunal de Contas. E me desculpe o Tribunal de Contas - não sei por que se ajoelhou, mas se ajoelhou. Conselheiro do Tribunal de Contas determina que tinha que anular uma concorrência, aquela...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

...aí o Conselheiro disse que aquela licitação estava eivada de erros. Vamos usar uma palavra mais branda - erros - por que quem foi para o chicote? Tribunal de Contas. Agora entra na pauta a Liderança da Oposição.

Hoje fomos homenageados na “escolinha”. Até quero dizer que entre todos esses casos que foi citado, até

fui respeitado. Ele citou o Rossoni, como que o Rossoni vai prestar contas. Vou mandar minha prestação de contas para ele, pessoalmente. Só que não vou mandar, vou levar no Palácio Iguazu. Só que vou ser mais moderno - não vou mandar um calhamaço de papel. Estamos num tempo moderno, Deputado Ney Leprevost. Aquele caminhão de papel para entregar ao Líder da Oposição, diz que está no Tribunal de Justiça, ou parece que vai ser entregue aqui. Primeiro, requeiro ao Presidente da Casa uma sala, porque precisamos de uma, se não tiver sala vamos arrumar um paiol - lá no interior conhecemos por paiol, para guardar esses documentos - porque o Governador poderia ter uma atitude simpática, educada, elegante, de um grande democrata. Ele poderia pegar um pen drive, colocar no bolso, vir almoçar com os Deputados de Oposição. Nós não almoçaríamos com ele? Se ele nos chamasse no Palácio para almoçar, nós não iríamos almoçar com ele? Iríamos. E ele lá no almoço, até poderia fazer uma brincadeira conosco e dizer: estão aqui, Rossoni; estão aqui, Deputados de Oposição, todas as informações do cartão corporativo. Não. Ele brinca com as instituições, ele desrespeita as instituições, ele manda um caminhão de papel para que você se perca no meio da burocracia, da antiguidade do século XX, do tempo que se fazia fogo batendo pedra com pedra, não tinha essa modernidade que tem hoje. O Governador poderia sim, num ato de respeito, ele já está no final da carreira, ele tem que ter muito cuidado para que o povo não o mande para casa antes do tempo. Ele vai sair aí candidato a Presidente da República - do Quêrcia já vi que foi por água abaixo - mas ele vai ser candidato a Senador da República, ele tem uma aceitação razoável para a eleição de Senador, mas se ele continuar tratando os paranaenses, vai surgir um Valdir Rossoni da vida aí na política do Paraná, vai enfrentá-lo e o povo vai mandá-lo para casa antes do tempo. Ele poderia, com esta vasta experiência de 16 anos de mandato de Vereador, 12 anos de mandato de Governador, um homem que a população pagou para ter experiência, ele poderia ser usado como Senador da República para que transferisse a experiência paga pelo nosso dinheiro para o Senado da República! Mas se persistir, se continuar agressivo, desrespeitoso com os Poderes e me parece, Deputado Rangel, que há uma vaga de Senador na próxima eleição em 2012. V. Exa. que é jovem, Deputado Douglas, Deputado Stephanes, V. Exa. que são mais jovens que eu, que têm poucos cabelos brancos, olha a oportunidade aí de mandar o cidadão para casa, porque o povo está cansado!

Não faço política em Curitiba, mas ontem amigos meus me convidaram para uma reunião no Bairro Novo. Cheguei e encontrei no Bairro Novo, em cada quadra, praticamente uma cidade do Paraná! Na rua X tem gente de São Mateus do Sul, na rua Y tem gente de União da Vitória, na rua Z tem gente de Campo Mourão, de Ponta Grossa, enfim, o Bairro Novo acolheu a todos os paransenses de todos os rincões deste estado!

Cheguei na reunião, fui muito bem recebido e quero dizer que a nossa TV Assembléia é muito bem assistida porque vi o resultado lá. Mas, para minha tristeza, sabem qual foi a reclamação do dia? A reclamação do dia foi Segurança Pública! "Rossoni, os senhores não poderiam ter recebido o Secretário da Segurança numa sala fechada; os senhores tinham que ter feito ele falar para os paranaenses na televisão porque aí iríamos mostrar aos senhores o que é que está acontecendo conosco no bairro. Nós não conseguimos mais andar na rua à noite. Nós não conseguimos ir ao culto aos domingos, aos sábados. Temos que ficar escondidos porque não há Segurança no bairro! Se você for procurar um policial é um milagre quando você encontra!" Mas como vai colocar policial se estão faltando hoje no efetivo do estado 4 mil policiais? Essa é a situação do nosso estado!

O Governador é um homem inteligente, ele poderia ocupar, usar um pouquinho a inteligência dos Deputados do Governo aqui liderados pelo Deputado Romanelli, usar os Deputados do Governo que querem dar a sua contribuição. Poderia usar, sim, os Deputados da Oposição, mas ele nunca queria exigir dos Deputados de Oposição benevolência, nunca queria exigir dos Deputados de Oposição concordância nos seus erros! Agora, se ele quiser uma Oposição que contribua para este estado é só ouvir a Oposição! Não estamos pedindo almoço, estamos pedindo respeito! Não estamos pedindo ambulância, pedimos Saúde para o povo! Não estamos pedindo segurança pessoal, estamos pedindo Segurança para o povo dos bairros de Curitiba e das cidades que padecem neste estado. É isso que nós queremos!

Hoje é um desabafo de um paranaense indignado, não é de um Deputado, é de alguém que gostaria de ter um Governador democrático. Mas, infelizmente, quem teve sucesso no decorrer de sua vida denegrindo e desfazendo a imagem de seus adversários não vai mais mudar porque já é uma madeira velha! Mas tenho quase que certeza que está na hora de nós o desafiarmos, nas urnas, e mandá-los para casa, respeitosamente, por uma decisão do povo! Nós não mandamos ninguém para casa, quem manda esse cidadão para casa para ele aprender a respeitar os Poderes e o povo, é o voto de todos os paranaenses!

Com aparte o Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Rossoni, em primeiro lugar parabéns pela eloquência do seu pronunciamento, principalmente no que se refere à preocupação de todos os paranaenses, mas principalmente dos curitibanos e dos nossos irmãos da região metropolitana em relação a esse problema sério que é o problema do aumento da criminalidade, da falta de Segurança. Realmente providências precisam ser tomadas. E o senhor coloca o dedo na ferida ao lembrar que o efetivo da Polícia Militar, hoje, não é suficiente para garantir a necessidade de Segurança da população que vive nos grandes centros urbanos do Paraná.

O Governo precisa com urgência tomar providências, tomar atitude rápida, eficaz, firme, e aumentar o efetivo da nossa Polícia Militar, que é considerada a melhor Polícia Militar do Brasil, mas que hoje, está com o seu efetivo defasado em relação ao que se faz preciso.

Quero lembrar que o Governador vem falando muito nos últimos dias em transparência na fiscalização dos gastos públicos. Eu sou a favor da transparência, como o senhor também é, como creio que todos aqui o são.

Dinheiro público é sagrado e a população tem que ter o direito de saber onde é gasto o dinheiro do contribuinte. Mas quero lembrar que existe, aprovado por esta Casa, em plenário, um projeto de lei de nossa autoria e estabelecendo que seja publicado em Diário Oficial o gasto dos cargos em comissão e dos cargos que também não são comissionados, em viagens ao exterior. O valor gasto, a data de partida, a data de retorno, o motivo da viagem e o Governador lamentavelmente vetou esse projeto de lei.

Acredito que um bom caminho para a transparência seria o Governador autorizar a Bancada do Governo a derrubar o seu veto. Seria o primeiro passo dentro da proposta que ele faz.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A burocracia do Governo, alguém chegou aqui e me disse: Deputado, V. Exa. terá que pagar os xerox que tiraram. Disse que custou R\$ 5 mil e 700. R\$ 5.760 é a informação. Mas pode ter gastado um pouquinho mais, Não vamos brigar por R\$ 300.

Sabe quanto custa um pendrive de 1 giga? R\$ 30. Se ele comprasse uns três pendrives de 1 giga dava R\$ 120.

Aí é a demonstração que a modernidade tem que chegar no Palácio das Araucárias, principalmente no Governador, porque aí a modernidade vai se irradiar por todo o Governo.

Obrigado, desculpe. Não falo mais em PEC, voto favorável. Mas, não vou dar atenção a uma atitude do Governador que é desviar a atenção das exigências que estamos fazendo.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Quero registrar a presença do Prefeito de Matelândia que está aqui na tribuna, que honra mais uma vez com a sua presença nessa Sessão. E faço questão de registrar que o Sr. Edson Primon acaba de entregar a presidência da AMOP. Foi Presidente da AMOP e quero lhe parabenizar pelo trabalho que tem feito, uma entidade que congrega 50 municípios do oeste do Paraná e atualmente está sendo presidida pelo Prefeito Marcos Pescador, de Vera Cruz do Oeste. Deputados Edgar Bueno, Duílio Genari, Reni Pereira também se associam a nossa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Essa presidência agradece a presença de tão ilustre personalidade.

Com a palavra o nobre Vice-Presidente que tão bem estava conduzindo esta Casa, Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Ocupo o Horário da Liderança do PDT e me chamou atenção o pronunciamento do Deputado Cheida que há muito vem sendo discutido nesta Casa com relação às sacolas de plástico e agora o termo oxibiodegradáveis; um tema que todos nós estamos a verificar, por causa desta questão ambiental, especificamente neste caso.

Quero, Deputado Edgar Bueno, para não ser indevidado com V. Exa. conceder-lhe um ou dois minutos para que V. Exa. possa concluir seu raciocínio, porque quero falar sobre o apelo que fez o eminente Deputado Luiz Eduardo Cheida, que tem nosso respeito e nossa consideração.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

Fica agradecido por você me dar este pequeno espaço, porque é necessário, até, para que possamos desvendar algumas coisas. É verdade que o Governo do Paraná faz uma pressão ferrenha em todas as lojas, em todos os supermercados, notificando todas as lojas do Paraná. Isto é verdade. É um terrorismo. Porque este terrorismo? Isto me chama a atenção. Será que o Governo do Estado quer proteger aqueles que vendem o aditivo, que são americanos, e que querem pegar este bolo econômico para eles? Não sei. Não posso acreditar.

Mas, quando o Deputado Luiz Eduardo Cheida fala, aqui, quero registrar que tenho o maior respeito pelo Deputado Cheida, que fala na medida, é um Deputado inteligente, ponderado, que tem orgulhado a todos nós, aqui. Então, jamais quero enfrentá-lo. Porém, se é verdade que temos mais de 700 empresas que já adotaram o oxibiodegradável, para que projeto? Para obrigar as pessoas a terem que comprar o aditivo?

Então, temos que refletir isso. O projeto teria que ser o seguinte, para ser um projeto inteligente, funcional e que você não imponha absolutamente nada daquilo, inclusive, que você não tem certeza de que será o melhor para o meio ambiente. O que seria? Nos mercados, colocar um recipiente na porta e assumir esta arrecadação deste material, inclusive ganhando dinheiro com isso, porque hoje se paga neste material 70 centavos, R\$ 1 o quilo deste material. Nós deveríamos obrigar que os supermercados, além de fazer a coleta deste material, tenha seu destino: que jamais fosse para o lixo, para a boca-de-lobo, para os rios. Os mercados teriam a obrigação de assinar um compromisso de dar destino final a este produto, a este material. Este, sim, é um projeto que não mexe na economia, não privilegia os americanos, que querem comandar o mercado Ordem do Dia mundo e nós

teríamos a grande oportunidade de deixar o comércio livre, porque não temos nem certeza de que o oxibiodegradável vem para melhorar a situação. É um modismo, Além do modismo, é um terrorismo que estão fazendo, no Paraná inteiro. E este modismo é muito bom, às vezes. O Governo ganha uma manchete aqui, outra lá. Enfim, este é um assunto que tem que ser melhor discutido, para daí vir para nós, Deputados, tomar a decisão.

Deputado Augustinho Zucchi, precisaria mais seis minutos, mais sei que V. Exa. já me concedeu gentilmente este espaço e fico muito agradecido. Deu para eu desenvolver um mínimo do raciocínio que é esta questão tão discutida, mas tão pressionada pelo Governo do Paraná. E eu não estou entendendo porquê.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Obviamente agradeço as colocações de V. Exas. e estas colocações, na minha opinião, colaboram para uma questão que é fundamental: acho que devemos, sim, discutir este projeto. Em verdade, esta Casa, que deve representar o anseio da população, deve discutir este projeto. Vejo que tem que colocar na pauta, para discussão, para ouvirmos estes argumentos, para sabermos realmente qual é a razão de tantos quererem permanecer com as sacolas antigas e tantos outros já terem se adequado a estas sacolas oxibiodegradáveis, mais recomendadas pela questão ambiental.

Creio que esta Casa tem condições de discutir este projeto, votar este projeto, de com amplitude travar todas as argumentações necessárias para o bom andamento desta matéria. Mas, Deputado Antonio Anibelli, vim aqui na tribuna e não vai dar tempo.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero lhe agradecer e dizer que o meu intuito é justamente esse, o projeto não é meu, não fui eu quem relatou o projeto, e o que peço é que ele venha à pauta, porque já está fazendo aniversário de um ano. Acho que V. Exa. está coberto de razão e lhe agradeço.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Obrigado. Eu, na verdade, subi à tribuna, e não vai dar tempo. Mas veja bem o seguinte: uma vez, sempre fui ligado ao Ex-Governador e Comandante, que eu assim o tratava, Leonel Brizola. Eu saí da faculdade de carona para ir visitar o Brizola no exílio. Conheço a história do Brizola, de Pinheiro Machado no Rio Grande do Sul, do que fez o Brizola, um menino pobre socorrido pela sua madrinha, se tornar um dos grandes Líderes desse Brasil. E um dia eu conversava com ele e perguntava: Comandante, o senhor será que não errou em tributar à mídia brasileira a manutenção de todos os vícios da sociedade brasileira? E ele disse: “Olha, veja bem, acho que não devia ter entrado tanto nesse mérito”. Ele disse. Porque na verdade não é a mídia que mantém, é a própria coisa que está ao redor da mídia que faz as coisas se manterem.

Senão vejamos, essa discussão do 3º mandato. Ora, o Presidente Lula, a despeito de ser um dos brasileiros mais ilustres da sua origem, daquilo que emergiu ele como sendo um dos maiores Líderes populares da nossa história, ele obviamente conduz um Governo que tem os seus acertos, razão pela qual tem aprovação da população. Mas se o próprio Presidente por várias vezes disse que ele não está interessado no 3º mandato, aliás, numa Audiência com os Senadores do PDT ele disse mais: “Se o PT continuar insistindo nessa tese eu rompo com o partido”. Porque ele não quer saber do 3º mandato. Por que é que tem alguém que paga pesquisa e coloca lá, Deputado Pugliesi, para saber se o homem vai ou não vai ser candidato? Qual é a razão que tem de se colocar isso? Por que é que nós temos que repetir tanta coisa que acontece na nossa história recente do Brasil de o próprio cidadão que está em jogo dizer o seguinte: “Não quero saber disso, não quero saber de 3º mandato”. E a mídia insiste em colocar pesquisa. Agora veio uma pesquisa, 50 e poucos por cento acham que o Presidente tem direito ao 3º mandato. Ora, não se trata de não discutir essa hipótese, não se trata, porque eu vou dizer uma coisa: do ponto de vista da tese eu sou contra reeleição, por exemplo. Mas ela foi estabelecida no país, aliás, foi estabelecida pelo PSDB, pelo Presidente Fernando Henrique, e depois serviu ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores para também se reeleger. Mas eu imagino o seguinte, o que será que faz com que insistam num tema que o próprio Presidente diz que não.

Então, vocês podem ter certeza de uma coisa: daqui a pouquinho o Brasil inteiro vai estar discutindo isso, mesmo que o Lula não queira, o Presidente não quer ouvir falar nisso. Ele diz aos seus membros: “Não falem mais nisso”. Mas vem outra pesquisa: “Olha, mas o Presidente está com uma popularidade extraordinária”. Está, certamente será colocado no patamar de um dos melhores governantes da história do nosso país. Tem a estatura hoje para isso, demonstrou ontem que está maduro para isso, quando pediu inclusive lá que salvassem o Serra das vaías, que na minha opinião não merece vaia nenhuma porque também é um homem extraordinário, um homem público de qualidades invejáveis no nosso país. Então, fez o Presidente com grandeza, naquele momento, este apelo a sua base que estava ali. Para encerrar, e peço desculpas ao Deputado Elton de não poder conceder o aparte, mas dizer que o Brizola falava o seguinte: “Acho que muitas vezes, por falta de não sei o quê, a mídia começa de um jeito e de outro, podem perceber”. Não vai ter jeito, isso vai estar na pauta da população brasileira.

Espero que o Presidente Lula não seja mordido por esta mosca azul, que é ressuscitada de vez em quando por um ou outro que tem interesse nisso. Que ele cumpra o seu mandato e legue ao país a história bonita que ele ajudou a construir até hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero lamentar a ausência do Deputado Valdir Rossoni. Gostaria que ele viesse até este plenário, porque gostaria que ele me desse uma resposta. Quero dele uma análise sobre o comportamento de um homem que governou o Paraná e, da qual ele foi Líder nesta Casa.

E, entendo que o Líder do Governo tem co-responsabilidade, se não formal, material, no sentido que tem que estar em absoluta sintonia com os atos que são praticados por aquele Governo que representa aqui nesta Casa.

Esse é o meu entendimento. Tenho procurado ser coerente.

Gostaria muito que o Deputado Valdir Rossoni me explicasse, não para mim, mas para a opinião pública. Porque falar em moralidade, fazer discurso fácil, sinceramente é fácil. Já tive oportunidade de ser Deputado nesta Casa, e das tribunas aqui ouvi cada discurso, e quando você vai ver a prática é completamente diferente do discurso.

Deputado Plauto, V. Exa. que é um dos mais antigos Parlamentares e Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. que está iniciando uma longa carreira política, sabem quanto o gabinete do ex-Governador Jaime Lerner, de quem o Deputado Valdir Rossoni foi Líder aqui nesta Casa, só o gabinete do ex-Governador gastou com aluguel de aviões entre 1995 e 2002? Não estou falando dos outros órgãos do Governo, só estou falando da Governadoria. O que ele gastou seria o suficiente para comprar, pelo menos, seis aviões a jacto. Um número, na minha avaliação, escandaloso: R\$ 28.657.248,42. Sendo distribuídos R\$ 3.131.492,09 para Helisul; R\$ 9.824.730,39 com a Equip e R\$ 15.700.995,94 com a Paraná Jet. Todos esses valores foram devidamente corrigidos pela taxa SELIC para termos o valor presente.

Veja o número, Deputado Marcelo Rangel. Vejam o número do Governo que o Valdir Rossoni foi Líder nesta Casa: R\$ 28.657.248,42 de aluguel de avião. Ao mesmo tempo que ele gastava essa quantia, ele dispunha de uma frota que o Governo tem, V. Exa. sabe. O que ele dispunha? De um avião a jacto, um turboélice, dois aviões bimotores, os Sênecas que o Governo dispõe e, ainda, dois helicópteros. Para manter essa frota, o gabinete do Ex-Governador gastou ainda mais R\$ 9.248.774,88. Agora, o escandaloso é ver um Governador gastar como Jaime Lerner fez, R\$ 28 milhões. Queria que o nobre Deputado Valdir Rossoni pudesse explicar o gasto com essas aeronaves. Eu gostaria.

Pedi, hoje, ao Governo que informe quanto que a COPEL gastou; quanto que a ParanaCidade gastou com aluguel de avião. V. Exa. sabe que nunca divulguei isso e

posso dar o número. Na COHAPAR, que constrói casa com sacrifício, com luta, no final do Governo, gastou mais de R\$ 1 milhão com locação de aeronaves. Então, a verdade é a seguinte: eu me envergonharia de ter sido Líder de um Governo que queimou R\$ 28 milhões em aluguel de aeronave. Gostaria que o Deputado Valdir Rossoni, com aquela mesma ênfase que foi à tribuna, agora a pouco, explicasse por que gastou R\$ 28 milhões em aeronaves. E não venha me dizer que é para ir perguntar para o Jaime Lerner, porque quem foi Líder aqui nesta Casa foi ele. Ele sabe muito bem porque esse dinheiro foi gasto com essas aeronaves.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Entendo que o Parlamento tem que ter coerência. Quando o eminente Desembargador Rosene Arão decidiu sobre a entrega dos documentos, decidiu com base numa petição formulada por Valdir Rossoni, que se intitula Líder da Oposição. Ao mesmo tempo, sabemos que o Desembargador revogou o artigo 55 da Constituição Estadual e o artigo 50 da Constituição Federal, que submete os pedidos de informação às Mesas, os encaminhamentos feitos pela Mesa e, no nosso caso aqui, os requerimentos que são votados pelo Plenário. É um mandamento constitucional.

O direito de petição, que é um direito constitucional, se refere ao cidadão e a certidão tem que ser expedida. Não dá para pegar as informações do cartão corporativo e entregar num pen drive. Aí o Deputado Valdir Rossoni iria subir à tribuna com um pen drive. Para quem não conhece um pen drive, eu tenho o meu aqui. Está aqui na minha mão. Pen drive é este instrumento importante que temos na comunicação. Ele iria subir à tribuna e dizer: "Pen drive eu não aceito! Quero os documentos feitos por meio físico!" Ou não seria isso que teria acontecido aqui? Não seria isso, Deputado Cheida? Seria isso. A parte dispositiva da sentença do Desembargador exige, sim, a entrega do meio físico. Por isso que a Secretária Maria Marta ontem, ela com todos os documentos que foram fruto da decisão do Desembargador, foi ao Tribunal de Justiça fazer os encaminhamentos.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, só um aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, eu não atrapalhei V. Exa., respeitei o seu pronunciamento. Não vou conceder o aparte a V. Exa. neste momento.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não me intitulo Líder, eu sou Líder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria que V. Exa. respeitasse o meu pronunciamento. Respeitei V. Exa. na tribuna. Só queria que V. Exa. me explicasse por que o Governo que V. Exa. representava aqui gastou R\$ 28 milhões em aluguel de aviões. Só o gabinete do Governador. Jogo rápido, Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Um roubo não justifica outro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. tem que explicar isso.

O fato é o seguinte: a decisão foi para entregar em meio físico. Sabe quanto custou, Deputado Anibelli? Vinte e seis mil e quatrocentos reais.

Exa., sinceramente estou indignado, porque a falta de coerência é uma coisa que me assusta. Fico cada vez mais assombrado aqui nesta Casa. Mas o Deputado Rossoni tem a obrigação de prestar contas à opinião pública, explicar como foi que o seu Governador - de quem ele foi Líder aqui - conseguiu gastar R\$ 28 milhões e 600 mil na locação de aeronaves só para o gabinete de S. Exa. o Governador. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Bloco PPS/PMN, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

(Assentimento)

Quem deve explicações dos seus atos? Eu devo explicação dos atos como Parlamentar. O Governador Jaime Lerner deve explicações como Governador. Quero dizer ao Deputado Romanelli que ele leia a Constituição.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Deputado Anibelli que preside a Sessão neste momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente.

Ouvia, Deputado Marcelo Rangel, os pronunciamentos do Líder da Oposição depois do Líder do Governo, e fiquei pensando o seguinte: quando acontece alguma coisa aqui, Deputada Rosane, começa uma briga com relação a alguma coisa do Governo, vai o Líder do Governo e ataca o Governo anterior, Fica aquela história: "Teu rabo é maior". "Não, mas o teu é vermelho, o teu é mais grosso". E o povo que merece as explicações fica sem tê-las. Quando disse o Deputado Romanelli que foi mal o Jaime Lerner, e se for verdade, também acho que foi mal, só que nem eu, nem o Deputado Marcelo Rangel estávamos aqui para poder de repente ajudar a cobrar, e se foi mal, os resultados vieram nas urnas, na sequência. É o que estou vendo que vai acontecer com o Governador Roberto Requião. Está indo mal e o resultado de quem vai mal, não atende à população, é nas urnas.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Me permite um aparte?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

O senhor me desculpe, mas tenho o Deputado Belinati que está na sua frente.

Tenho bastante coisa para falar, mas vou conceder um aparte ao Deputado Antônio Belinati, bem rapidinho, e depois, na sequência, ao Deputado Rossoni.

O Sr. Antônio Belinati (PP)

Acho que está faltando apenas uma orquestra, para tocar um Baile da Saudade. O que adianta ficar discutindo lá atrás? Pelo jeito, acho que o culpado por tudo isso foi Pedro Álvares Cabral, que quando descobriu o Brasil já deveria ter feito metrô, trem-bala, hospital, universidade, asfalto. Vai nos levar a quê ficar discutindo o passado, quem foi melhor, quem foi pior? Temos que discutir os problemas do Paraná de hoje e apontar as soluções e as alternativas para ajudar o povo agora! Não adianta ficar em marcha a ré, ficar mexendo no que passou. Na vida temos que caminhar sempre ao futuro. Temos que edificar um grande Paraná dando a nossa contribuição, para resolvermos os problemas de agora.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado.

Com a palavra o Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Quando o Deputado que ora subiu na tribuna critica o Governo por corrupção, parece que no Brasil vale aquela máxima: "Se o outro roubou um, posso roubar dois". Outra questão, ele era Oposição. Se ele deixou passar a corrupção despercebida por incompetência, nós não deixaremos. Estamos vigilantes, vamos trabalhar e não vamos nos intimidar.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado.

Quero trazer uma denúncia. O Governador à época da campanha, nessa última, foi nos municípios pequenos, onde ele teve a vitória, atraiu Prefeitos e lideranças com promessas de obras nos municípios. Um exemplo, alguns Prefeitos que eram de outros partidos, ele os fez mudar de partido, para o PMDB, para o partido do Governador, dizendo que aquela mudança atrairia novas obras para os municípios. Os Prefeitos, nessa confiança, mudaram de partido. Saíram do PPS, foram vários, na minha região foram cinco que saíram do PPS e foram para o PMDB, a troco de obras e de promessas. E em outros partidos aconteceu também isso. Houve a eleição, ele ganhou por uma pequena diferença. Em alguns desses municípios e em outros também, ele perdeu a eleição e não está revertendo obras para esses municípios. Há casos na minha região de ele estar perseguindo não o Prefeito, mas a população, que tinha obras previstas, financiamentos, aliás, não dinheiro do Governador, financiamentos dessas obras que a comunidade local iria pagar. Ele tem cancelado obras nos municípios.

O Governador ataca as pessoas e elas ficam com medo, não falam e quando conversam conosco é com receio. Estou visitando os municípios da nossa região prestando contas do nosso trabalho. Além dos pedidos que os Vereadores e as lideranças fazem para que possam apresentar aqui as nossas indicações legislativas, também têm vindo essas reclamações. O Governador prometeu na campanha e agora as obras estão sendo realizadas e viabilizadas.

Estamos hoje apresentando diversas indicações legislativas, aqui, para diversos Deputados aprovarem. Pedidos de obras e de ações da nossa região, atendendo aos pedidos dos Vereadores que participam da ACAM-12 - Associação de Câmaras da região. Aqui tem pedido de asfalto para melhorar o acesso a parques industriais, desde poços artesianos a novos policiais para as cidades da região de Goioerê, para a cidade de Roncador. Vou pegar o exemplo de Roncador que é um exemplo interessante. Atualmente existem apenas cinco policiais lotados no destacamento da cidade de Roncador. Vou pegar o exemplo de Roncador que é um exemplo interessante. Atualmente existem apenas cinco policiais lotados no destacamento da cidade de Roncador, que é uma cidade onde hoje vive o meu pai, onde eu tive o privilégio de nascer. Então, são cinco policiais. Um deles se encontra em licença para tratamento de saúde e o outro em férias. Restam três policiais para fazer a cobertura de toda a cidade e ainda de um distrito chamado Alto São João e mais 25 comunidades rurais. Essa é a realidade, falando do município de Roncador, e que o Deputado Romanelli sabe bem, conhece porque ele foi, inclusive, muito bem votado lá e que a Vice-Prefeita é do PMDB.

Aí, tem Goioerê, que não recebe casas populares há muitos anos e onde o Governador Roberto Requião perdeu a eleição. Então, onde ele perde a eleição, ele está - eu não sei exatamente a palavra, se eu posso falar - perseguindo a comunidade, está prejudicando a comunidade. Só sei dizer que o povo está sofrendo. Sofrem aqueles que votaram para o Governador e aqueles que não votaram. Essa atitude que o Governador toma com relação a alguns municípios da nossa região, Deputado Marcelo Rangel, e aí também não é só a nossa região da COMCAM, é o Paraná inteiro, V. Exa. falou aqui das obras para Ponta Grossa que ele não atendeu e que agora aconteceu um desastre, essa atitude, esse tipo de político o povo vai mandar para casa. Elege-se prometendo e depois que se eleger executando perseguindo. Esse tipo de político temos que, cada vez mais, falar à comunidade, orientar a população: político perseguidor tem que ir para casa. É isso que está acontecendo com alguns municípios, com alguns Prefeitos da nossa região.

Os Prefeitos têm até medo de aparecer porque podem ser mais perseguidos ainda.

Eu queria, para finalizar, dizer a todos os Deputados, vários já me procuraram sobre o projeto do nepotismo. Vou voltar com tempo para falar sobre esse

projeto que apresentamos. Estamos coletando assinaturas, respeitando a posição de cada Deputado, e vamos voltar a falar em uma próxima oportunidade sobre esse assunto, aqui. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador é o Deputado Jocelito Canto, no horário do PR/PTB.

Antes, porém, esta presidência registra, com satisfação, a presença do Prefeito de Cianorte, Edno Guimarães, bem como o Vereador Ademir, o Dr. Edezel, e o Secretário Municipal Wanderlei, a pedido do Deputado Jonas Guimarães.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero dizer ao Deputado Tadeu Veneri que discordo do pronunciamento dele sobre o jogo do Internacional e o Paraná. Sou Colorado desde pequeno, nasci Colorado e futebol não se discute com política. Política é política. Futebol é futebol. O Internacional ganhou e está na próxima fase.

O tema hoje, Sr. Presidente, é Instituto de Educação. E veja como é a felicidade de quem guarda documentos. Deputado Plauto, V. Exa. hoje fez uma crítica construtiva ao Instituto. V. Exa. tem toda a razão, mas é preciso que as câmeras da TV Assembleia mostrem: Diário da Manhã: "Instituto de Educação sofre abandono e descaso"; Diário da Manhã - não é de hoje não - deve sair amanhã esta manchete. Esse jornal é de quarta-feira, 16 de fevereiro de 2000. Está aqui para os senhores em casa verem. Isto há 8 anos, do fundo do túnel. Está aqui o Instituto.

Aqui está mais completo: "Colégio está em situação precária". Desde 1971 o teto nunca foi arrumado, a biblioteca molhou, cadeiras molharam, cadeiras empilhadas, estantes arrastadas para evitar a água, alguns livros também molharam, senhores, está aqui o jornal Diário da Manhã, de Ponta Grossa, de 8 anos atrás. O Governador, naquele momento, era o nosso inesquecível, lembrado agora há pouco, Jaime Lerner.

E segundo o professor que é o mesmo Diretor ainda, o professor Josué diz que faz seis anos que pedem a reforma. Então, se em 2000 fazia seis anos, então faz quantos anos que estão esperando essa reforma? Está aqui, olhem, a mesma situação. Deputado Romanelli, isso em 2000. Está aqui. E aqui mostra que o Instituto não tinha nem água naquele momento. A bomba d'água estava queimada, interditado um setor.

Bem, essa história do Instituto é antiga, senhores. E o que fazer para resolver isso? Não adianta só criticar, ficar enchendo o saco, falando besteira. Primeiro, que não se interditou nada lá no Instituto. Estou aqui com um documento do Sr. Diretor dizendo que não caiu nada na cabeça de ninguém, está aqui, isso é um e-mail do Diretor, o Diretor falando.

Aqui vejo quanto choveu em Ponta Grossa hoje. Para quem mora em Ponta Grossa, peguei essa chuva hoje pela manhã, na rádio. Choveu às 6h15, 41 milímetros; sendo que o pico da chuva foi 16,2 das 8h às 9h da manhã - caiu uma bomba d'água hoje. Mas vamos à solução. Alguns radialistas, ou sei lá o que, dizem que caiu, que quebrou, não sei o que, descaso - acho que o Governo podia resolver, Deputado Romanelli.

Sugestões, vamos às sugestões: eu, quando Prefeito, quando estava caindo o Regente Feijó, fui lá e interditei. Fui lá como Prefeito, mandei tirar todos os alunos e mandei para o Oscar Pereira, o ginásio de esportes da cidade. Fiz salas de aula, salas de aula improvisadas e os estudantes ficaram quase um ano estudando lá no ginásio de esportes e o Governo daí teve vergonha naquela época e reformou o Colégio Regente Feijó.

Hoje o que temos que fazer? Temos que resolver isso. Estou tentando aqui dar algumas sugestões: primeiro, tem que tirar os alunos de lá. Quais são as sugestões? A Universidade Estadual de Ponta Grossa, Sr. Governador, Sr. Secretário, pode receber a turma do período da manhã e da tarde, podem ser colocados lá no centro os alunos da manhã e da tarde, as 30 turmas, podem ser colocadas lá. O Reitor dá um jeito de colocar as turmas de manhã e de tarde lá. Vai ter que somar, quem estuda de manhã terá que estudar também à tarde, porque à tarde a universidade tem condições de agüentar o colégio lá por um ano, se for preciso. Só vamos ter o problema da noite, os alunos da noite - eu fui buscar solução - lá próximo tem um colégio particular chamado Master e o Colégio Santa Terezinha, que podem ser alugados à noite porque não tem aula, para suprir essa dificuldade. Enquanto isso, o Governo ganha tempo e faz as obras. Vou sugerir a V. Exa. que leve essa idéia ao Governador. Que determine que o nosso Reitor, professor João Carlos, que já falei com ele e ele dá um jeito, que ponha as duas turmas do Instituto de Educação lá na universidade, no centro, no período da tarde, as duas turmas. Dá para colocar as duas turmas e o estado que alugue o Colégio Master e o Colégio Santa Terezinha, pague o aluguel justo e leve os alunos para lá. Acabou o problema! Daí o estado tem tempo de resolver o problema do Instituto que não é de agora, está aqui no jornal, o Diário da Manhã, vem do tempo do Lerner. Está aqui o jornal!

Então o Srs. e Sras. Deputados, não adianta blablablá, temos que partir para a solução! E tem mais uma, Deputado Romanelli, aquela licitação que o Governador suspendeu no dia 1º de fevereiro, quando eu fui almoçar com ele, que eu briguei com ele, que começou a minha briga com ele por causa do Instituto, o empreiteiro deu 21% de desconto para fazer a cobertura, 21% só na cobertura e o Governador não quis homologar. Pois bem, se o Governador quiser ele pode homologar essa licitação hoje, para a cobertura, pode homologar sim, pelo preço de dois anos atrás. O empreiteiro aceita, acabei de falar com ele por telefone e ele me mandou uma mensagem. E mais, ele pode até aceitar, se o Governo quiser, compra o material e ele só faz a mão-de-obra que estava na licitação!

Estou apresentando soluções, Deputado Anibelli, porque não adianta blablablá, temos que ir atrás da solução! Aquelas crianças e aqueles jovens não são manobras políticas, temos que resolver! Vou escrever tudo isso que estou dizendo aqui, espero que o Secretário Maurício Requião entenda a minha solução, a minha idéia, que não é difícil. A universidade recebe os alunos, sem custo nenhum para o estado, só paga o colégio particular lá, vêem quanto custa uma sala, têm dois colégios que não tem aula à noite, um perto do outro, dá cinco quadras e pronto, acabou o problema do Instituto!

Ou pega essa licitação velha, compra o material e fica com o serviço da licitação, ou faz uma nova, daí, temos tempo. Agora, o que precisamos, senhores, é a solução, precisamos resolver isso aí...

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Dá um aparte, Deputado?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

...precisamos resolver, está desde o Governo Lerner isso aí? Está aqui no jornal...

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Deputado, é isso que eu quero falar, me deixa falar, foi feita a cobertura, foi resolvido o problema da cobertura, o senhor está faltando com a verdade. Vou trazer o jornal do dia seguinte que diz que foi resolvido o problema...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, queria que descontasse o tempo.

Enfim, o jornal está aqui, o Diretor falando, está aqui, mas Deputado Plauto, vamos resolver, deixe o passado para lá, vamos resolver. Traga amanhã, pode trazer, mas vamos resolver!

Deputado Romanelli, sugestões, vamos construir, dei as idéias aqui, não adianta ir lá e escrever um monte de porcaria que está caindo. Isso não adianta nada, isso é papo para boi dormir, isso não adianta nada! A minha gravata não interessa o tamanho que é, cara de gravata importada, vamos parar de blablablá e vamos ao que interessa, vamos resolver o Instituto, a sugestão está aqui: Governador Requião, resolva o problema!

Dia 1º de fevereiro, dia da nossa posse aqui, eu briguei com ele lá no Canguiri porque ele disse que tinha suspendido a licitação e eu disse: o senhor está errado, Governador. O cara deu 21% de desconto, é o maior desconto da história do Paraná! E ele disse ao Maurício Requião, que estava junto: "Maurício, faça isso em emergência." Eu não sei o que aconteceu, depois mais uma licitação não deu certo, ficou mais caro realmente. Quero fazer este pedido aqui, de público, à Bancada do Governo: eu trouxe a solução, vamos levar para a universidade, vamos começar a mexer naquele colégio, ainda está em tempo, a universidade pode receber, o professor João Carlos dá um jeito, alugue alguns colégios por um ano, está resolvido. Os alunos param de sofrer, as crianças param de sofrer e nós paramos de blablablá.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

“A economia do oeste pede socorro!”

Uma das mais pujantes regiões deste Paraná, celeiro do Brasil e por que não dizer, do mundo, neste momento em que o clamor mundial é por alimentos, está sendo estrangulada por uma infra-estrutura que necessita urgentemente de reforços.

A CACIOPAR, entidade que congrega dezenas de entidades empresariais que cobrem os 51 municípios da região, acaba de produzir um documento que é um verdadeiro libelo à competência administrativa do Poder Público.

Pontos fundamentais, capazes de atravancar o extraordinário desenvolvimento e contribuição que a região oeste oferece à economia do Brasil, são apontados.

Resta sensibilizar nossos governantes para a urgência de providências a serem tomadas, capazes de desatar os nós que podem determinar uma queda nesse rendimento extraordinário até agora obtido.

Essa região, que congrega 1 milhão e 400 mil habitantes, e é também referência hoje nas áreas da Saúde, do ensino superior e na prestação de serviços, merece essa atenção.

Três obras são fundamentais e estratégicas, além de outras complementares.

A extensão da FERROESTE nos sentidos de Guaíra, para suportar o extraordinário crescimento do tráfego que advém do Mato Grosso do Sul, cuja produção escoar por essa via em direção ao porto de Paranaguá.

Igualmente a extensão dessa ferrovia a Foz do Iguaçu, atendendo igualmente ao Paraguai, país que vai ser governado por um novo Presidente por quem o Governador Roberto Requião tem especial estima. Mais um fator a sensibilizá-lo.

Fundamental também é a duplicação do trecho rodoviário Cascavel-Medianeira, numa extensão de 75 quilômetros.

Finalmente, uma reivindicação antiga à qual o Governador não tem dado atenção apesar das promessas feitas em época de campanha: a construção do aeroporto regional.

Tal a importância que a região dá a esse empreendimento estratégico para acompanhar o desenvolvimento regional que, na ausência de interesse governamental já comprovado, o empresário Alfredo Kaefer, agora guindado à Câmara Federal, tem proposto a formação de uma parceria público-privada para apressar a sua construção.

É óbvio que a iniciativa tem que partir das autoridades governamentais.

Estas são, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, em síntese, as principais reivindicações contidas no documento elaborado pela CACIOPAR, em consonância com suas filiadas da região oeste, embora sejam inúmeras as obras que o oeste necessita.

Nada mais justo que o atendimento a elas pela contribuição expressiva que a região vem oferecendo de maneira crescente, à economia estadual.

Outras obras de igual importância precisam merecer a atenção do Governador Roberto Requião.

A duplicação do trecho rodoviário Cascavel-Toledo precisa ser complementada com a extensão da duplicação de Toledo a Guaíra, contemplando Marechal Cândido Rondon e Mercedes, beneficiando os entornos dessa rodovia, hoje fundamental igualmente para o escoamento da produção do Mato Grosso do Sul.

Quero, por todos esses motivos, apelar ao apoio desta Casa e especialmente aos Deputados originários da nossa região que, a cada dia adquire mais importância no contexto sócioeconômico paranaense, para um esforço concentrado em prol da causa oestina paranaense.”

Espero a compreensão e que possamos, acima de tudo, atender as reivindicações que não são só da CACIOPAR, mas é um desejo de toda a sociedade do oeste do Paraná, porque o oeste está crescendo, as indústrias estão se estabelecendo e é muito pujante a nossa região. Precisamos ao menos nestas obras, que são de suma importância, para dar continuidade ao desenvolvimento da nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedemos a palavra, no horário destinado à Liderança do Governo, ao Deputado Cleiton Kielse.

Relembramos aos Srs. Deputados que hoje teremos duas Sessões para conclusão da votação do salário-mínimo regional.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ser Governo é uma atitude dramática. Porque, além de executar as obras, tem que ser o defensor do dinheiro público. E ser defensor do dinheiro público, muitas vezes temos que ter uma mão forte, uma pessoa que tenha firmeza de caráter, uma pessoa que não tenha medo de mostrar a verdade.

E hoje venho a esta tribuna demonstrando não só que estamos ligados diretamente às obras públicas do estado, mas estamos tendo alguns discursos da Oposição, que eu queria entregar pessoalmente ao meu amigo Marcelo Rangel, um relatório importante, um relatório que influencia não só Ponta Grossa, mas venho afirmar que nunca na história deste estado tivemos tanto investimento na área de Educação como estamos tendo neste momento. Nunca na história deste estado!

Digo o porquê disto: porque estou na Casa há 18 anos, conheço todos os caminhos que o senhor possa imaginar. Mas, queria pontualmente, dando ênfase às palavras do meu amigo Jocelito Canto, que muito bem defendeu e defende Ponta Grossa, que não só a licitação de 1 milhão e meio da cobertura está na mesa do Governador e será assinada, mas ainda mais o reforço de 2 milhões e meio a mais na reforma do Instituto de Educação, na cidade de Ponta Grossa.

Todo este investimento só poderia ter sido feito porque o Governador, naquele momento em que estava homologando as licitações, tínhamos descontos da ordem de 27%, 30%. E quando os descontos começaram a baixar, não só desta, mas de inúmeras obras, algumas chegando a zero de desconto, em defesa do patrimônio público, a Lei de

Responsabilidade Fiscal, da média dos descontos daquele momento sobre o preço do CUB. O senhor sabe o que é CUB? É o preço que dimensiona o metro quadrado na construção civil pública ou particular.

E temos, para o estado, uma regra: a de termos as melhores obras e as mais baratas do país. E o Instituto de Educação é uma obra gigantesca. É o terceiro maior prédio do estado, com 7 mil m². Não houve desabamento nenhum, ninguém se machucou, deixar muito claro, porque até eu me assustei. Fiquei espantado, porque a chuva de ontem foi muito forte. Em Curitiba, em alguns pontos, chegou a 100 ml. Isto é dilúvio! Eu fiquei assustado. Poderia ter acontecido, como aconteceu aqui na região metropolitana, e em mais de 10 municípios, alagamentos. Em Campo Largo, na pista da BR, tiveram que interditar a pista. Ponta Grossa não seria diferente, nos campos gerais, um lugar alto e que poderia ter este revés.

Mas, queria lhe entregar, num total de R\$ 5.685.243,12, que foram entre as reformas. A primeira soma de recursos em 79 processos, só em Ponta Grossa, estou dizendo só em Ponta Grossa, não estou dizendo em Ivatuba, qualquer outro lugar, em Ponta Grossa, 79 processos que foram autorizados, que estão em andamento, totalizando quase R\$ 6 milhões. Gostaria realmente de entregar isso oficialmente a V. Exa., porque na sequência entregarei também ao Deputado Douglas Fabrício.

O Deputado Douglas Fabrício, 1º mandato, entendemos, não é municipalista, não tem esse estereótipo do municipalismo, porque o municipalismo precisa que o Deputado converse com o Prefeito, com os Secretários de Estado, independente da sigla partidária. Lá em Roncador queríamos convidá-lo para a entrega, que eu falei ainda há pouco com o nosso Diretor da ex-FUNDEPAR e hoje parceira da Secretaria da Educação, da escola do Alto São João, lá em Roncador, fica 20 quilômetros adiante de Ubatuba, uma cidade que temos um vínculo de amizade, e que lá o investimento, que é aonde o meu companheiro Deputado Romanelli é o Deputado mais votado, um investimento de R\$ 2 milhões e meio na escola do Alto São João. Uma escola com quadra coberta, com toda a parte de informática nova, salas de

aula novas, pátio, refeitório, um exemplo para o Paraná e para o Brasil. Não perde para nenhuma escola particular aqui de Curitiba. Vai ser entregue lá em Roncador. E ficam dizendo que não existe obra no interior, e para Prefeito de Oposição. Tenho inúmeros Prefeitos de várias siglas, estamos com dificuldade, Deputado Cheida, de inaugurarmos as obras. Estive em Pinhão este final de semana, inaugurando o Posto de Saúde da Mulher, o Corpo de Bombeiros, 91 casas populares, e lançando mais 980 mil em obras numa cidade humilde como a cidade de Pinhão.

É uma literatura que temos que informar ao telespectador. A literatura da verdade, onde o Governador Requião tem defendido a defesa do patrimônio público, mas nunca rejeitou obras à Ponta Grossa. Estamos na sequência tendo esse entendimento, que a estrutura do estado é dividida em 15, 18 Secretarias, sendo que 19 pontos especiais nessas 18 Secretarias eu coloco num rito processual que sempre passo aos meus Prefeitos. Primeiro, a preocupação da cidade; segundo, os projetos que o Governo oferece; terceiro, a estrutura que o Governo tem em parceria com o município. Porque não adianta eu chegar em Nova Aliança do Ivaí, aonde eu fui o mais votado, e querer instalar uma universidade. O Governo não vai instalar uma universidade numa cidade de 1.500 habitantes, mas está instalando numa capilaridade milhares de obras. A FUNDEPAR, que temos só agora sendo licitado para os próximos meses, 400 quadras cobertas, repito, já foram entregues 400, 200 para a área estadual e 200 para a área municipal pelo Paraná inteiro. Serão licitadas mais 400. Obras que não existiam, obras que dão um perfil da existência do Governo em todos os municípios do Paraná.

Não precisamos perguntar a sigla, eu nunca perguntei a um Prefeito meu qual é o partido dele. Eu pergunto se ele tem a necessidade da obra, se ele tem a contrapartida muitas vezes de um terreno, de uma estrutura; mas que faz da estrutura do nosso estado, hoje, o estado que mais investe na área da Educação, sem sombra de dúvida, e na área da Saúde.

Estamos com hospital lá em Ponta Grossa, estamos já numa fase avançada dos 24 hospitais. Queremos convidar todos os Parlamentares para irem ao hospital de reabilitação, o hospital aonde vamos trazer as APAEs do Paraná, as 412 APAEs do Paraná, para que vão ao hospital de reabilitação fazer cursos, onde queremos implementar o mais inteligente método de recuperação, não só na questão das APAEs, mas no implemento de equipamentos sofisticados trazidos do Canadá.

Temos dificuldades de inaugurar tantas obras. Os Deputados que estão preocupados, que querem a transparência, e gostei da idéia do Deputado Jocelito Canto, porque otimiza o momento preocupante desse Instituto, mas que pode ser a solução de muitos problemas. Mas o dinheiro está no caixa. Falei há pouco com o Luciano Neves, está em caixa o dinheiro para a reforma do Instituto e que será homologada a licitação, com transparência, com objetividade, com seriedade e com competência.

O Governo não pergunta qual é a cor da camisa, pergunta a necessidade do município. Vamos assinar mais 64 Postos de Saúde da Mulher de municípios que são de total Oposição ao Governo, mas que precisam da obra.

É esse o critério que o Governador Roberto Requião está fazendo em nível de estado. Muitas vezes sem o Deputado ficar sabendo. Tive grandes surpresas sem ter solicitado, muitas vezes.

Encerro dizendo que estamos a par de todos os assuntos do Governo e vamos trazer à pauta qualquer que seja, mesmo que sejam algumas dificuldades de momento, mas que serão solucionadas.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 091/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a manutenção da PR-468, no trecho da rodovia que liga os municípios de Janiópolis e Boa Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 092/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, uma especial atenção ao grave problema da falta de contingente de policiais e ronda ostensiva no município de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 093/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, atenção especial e atendimento às necessidades do Colégio Estadual Olavo Bilac, no município de Cambé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 094/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, uma especial atenção ao grave problema da falta de contingente de policiais e ronda ostensiva no município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 095/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a construção de trevo para acesso do Complexo Regional Hospital Santa Casa de Misericórdia do município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 096/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a reversão ao município de São Miguel do Iguaçu a doação do imóvel que sediava o Fórum da Comarca. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 097/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Castelo Branco, no município de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 098/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Tenente Sprenger, no município de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 099/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Arnaldo Buzato em Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 100/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a construção de dois trevos para acesso ao Parque Industrial, onde está sendo instalado o Complexo Industrial da Frangobras, no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 101/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a instalação de um poço artesiano na comunidade Santa Terezinha, no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 102/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, uma especial atenção ao grave problema da falta de contingente de policiais e ronda ostensiva no município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 103/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a instalação de três poços artesanais nas comunidades rurais de Comissária/Pedra Furada, Bragápolis e Água do Belém, no município de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 104/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, uma atenção especial e atendimento ao Programa Municipal de Inseminação Artificial, no município de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 105/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, uma atenção especial para a implantação de Abastecimento Comunitário de Água no município de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero registrar que sou contrário ao projeto do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de me inscrever nas Explicações Pessoais. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente inscrito.

Requerimento nº 908, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, solicitando autorização da Assembléia Legislativa do Estado, para se ausentar do país, no período de 01 a 13/05/08, com destino à cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 949, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo nos dias 15 a 17/05/08, no evento Assembléia Geral da UPM a ser realizado em La Plata, na Câmara de Deputados da Província de Buenos Aires-Argentina. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 958, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/08, que reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2008. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 05. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda de Plenário. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. PARECER CONTRÁRIO DA CSP. COM EMENDA DA CCJ. (ANEXO PROJETO DE LEI Nº 315/07). **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória de Deus, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 760/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória a Deus.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Porém, o nome correto da Comunidade que se pretende declarar de utilidade pública, é

Igreja da Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória a Deus, conforme previsto no respectivo Estatuto Social. Ainda, o artigo 1º do presente projeto é omissivo quanto ao foro da referida comunidade.

Desta forma, a fim de sanar as irregularidades existentes, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 760/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Igreja da Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória de Deus, com sede e foro em Curitiba/PR.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 129/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 016/08, de 10/03/08, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 075/08

P A R E C E R :

Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 075/08 de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça, tem por escopo alterar a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

O Presidente do Tribunal de Justiça, as folhas 07, do projeto de lei, declara em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, elevando a comarca

de Matelândia à entrância intermediária e criando mais uma Vara com seus respectivos cargos, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Competência e previsão legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça.

Observamos que a Constituição Federal no artigo 96, inciso II, alínea "d", assegura prerrogativa para o Tribunal de Justiça legislar sobre a matéria do Projeto de Lei nº 075/08.

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Os artigos 65 e 101, inciso I, alínea "b", "d" e "e" da Constituição do Estado do Paraná, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, iniciativa para propor leis complementares para a referida aprovação na Assembléia Legislativa.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador - Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei. (grifo nosso).

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observando o dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

Assim, fica demonstrado que o Presidente do Tribunal de Justiça, obtém competência administrativa para propor projeto de lei, alterando o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

O artigo 98, parágrafo 1º da Constituição Estadual, assegura autonomia administrativa e financeira, como passaremos a analisar:

Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

O Presidente do Tribunal de Justiça, demonstrou através da declaração de folha 07, que as despesas decorrentes deste projeto de lei, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, elevando a comarca de Matelândia à entrância intermediária e criando mais uma Vara com seus respectivos cargos, apresentam adequação orçamentária e financeira com Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa do Presidente do Tribunal de Justiça.

No que tange à elaboração e redação deste projeto, verifica-se o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, ocorre necessidade de emenda supressiva em anexo para sanar o vício formal de elaboração legislativa, vez que esta lei deverá entrar em vigor na data de sua publicação.

Analisando o projeto de lei, verifica-se a necessidade de emenda aditiva em anexo para dirimir a respeito dos cargos necessários a administração da justiça, para cumprimento do artigo 96, inciso I, alínea “e” da Constituição Federal.

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no artigo 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

Diante do exposto, respeitando o estabelecimento do artigo 96, inciso I, alínea “e” da Constituição Federal que prevê o provimento de cargos necessários a administração da justiça deverá ser realizado através de concurso público, assim a necessidade da emenda aditiva.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto de lei com adoção das emendas supressivas aditivas sem anexo, sanando irregularidade.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 075/08

Atendendo o dispositivo no artigo 137 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a necessidade da emenda supressiva, para suprimir a parte final do artigo 7º do Projeto de Lei nº 075/08, o sentido de revogadas as disposições em contrário, passando a ter, o seguinte texto:

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 075/08

Atendendo o dispositivo no artigo 137 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a necessidade da emenda aditiva, para acrescentar ao artigo 6º do Projeto de Lei nº 075/08, passando a ter, o seguinte texto:

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Parágrafo Único. Os provimentos dos cargos tratados nesta lei deverão realizar-se mediante concurso público de provas e títulos.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº 075/08

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, que objetiva alterar a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

Fundamentação

Sobre a matéria podemos constatar a existência do pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Observe-se ainda, que tal propositura nos apresenta, através do Presidente do Tribunal de Justiça, conforme declaração de folha 07, que as despesas decorrentes desta proposta, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, elevando a comarca de Matelândia à entrância intermediária e criando mais uma Vara com seus respectivos cargos, apresentam adequação orçamentária e financeira com orçamento do próprio Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e devidamente compatibilizado com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Ressalta-se, ainda, que com relação ao impacto financeiro da presente proposta, totaliza aproximadamente o valor de R\$ 384.573,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e está de acordo com a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/08, de 12/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 079/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a correta denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública, é composta também pela sigla ABIA, conforme previsão do respectivo Estatuto Social. Desta forma, a fim de adequar o presente projeto à correta denominação da referida Associação, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA - PROJETO DE LEI Nº 079/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana - ABIA, com sede e foro no município de Apucarana.”

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/08, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública o Instituto Inesul de Pesquisas, Ciências e Tecnologia, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 023/08, de 25/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 106/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Inesul de Pesquisas, Ciências e Tecnologia, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública o Grupo REVIDE - Restaurando Vidas da Dependência Química, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/08, de 26/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 111/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo REVIDE - Restaurando Vidas da Dependência Química, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o presente projeto não menciona o foro a qual pertence a associação que se pretende declarar de utilidade pública, bem como, o artigo 2º ao dispor *revogadas as disposições em contrário*, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA PROJETO DE LEI Nº 111/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Grupo REVIDE - Restaurando Vidas da Dependência Química, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, que altera a legislação do ICMS, conforme especifica e adota outras providências (vestuário, têxtil e artefatos de couro). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. (Publ. no DA nº 024/08, de 07/04/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 115/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 115/08 de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi, Nelson

Justus e Ademar Traiano, tem por escopo alterar a legislação do ICMS, afim de, conceder ao estabelecimento industrial de artigos de vestuário, têxtil e artefatos de couro, e seus acessórios, crédito estimado no valor equivalente a 85% do débito do imposto nas operações com esses produtos, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação dos seus produtos, de bens destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento, bem como dos serviços tomados.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa da Assembléia Legislativa.

Os artigos 65, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná, asseguram a Comissão da Assembléia Legislativa, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

O artigo 53, inciso III da Constituição Estadual, assegura a competência da Assembléia Legislativa, para legislar sobre a matéria do projeto apresentada.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Diante do exposto, fica evidenciada a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelos Deputados Estaduais, pois os mesmos têm prerrogativa e competência para a proposição de lei estadual, para alterar a legislação que regula o ICMS.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 01/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Aprovado.

Há emenda da Comissão de Finanças. Aprovada.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

No diário que estamos acompanhando não estou conseguindo localizar nem a emenda, nem o parecer da Comissão de Finanças ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que hoje estamos votando apenas a constitucionalidade.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não há no diário o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Tadeu, é que a Comissão reuniu-se hoje. Por esta razão não consta.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para informar ao Deputado Tadeu Veneri. Este processo foi aprovado, mereceu parecer prévio de parte da Comissão de Finanças, favorável à tramitação. A emenda que o Deputado Elton Welter propôs, na verdade, é apenas uma correção na questão da redação. Nada que altere o projeto efetivamente. Não foi anexado ao projeto porque, creio, foi muito corrido, mas amanhã poderá estar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço ao Deputado Strapasson, porque aí fica esclarecido ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Tudo bem. Acho que amanhã consta tanto a emenda como o parecer da Comissão de Finanças no diário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Iguaçuense de Artes Marciais Kuk Sool Wan - Hap.Ki.Do - Academia Tigre, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/08, de 07/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 133/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Iguaçuense de Artes Marciais

Kuk Sool Wan - Hap.Ki.Do - Academia Tigre, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Vila América, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/08, de 09/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 141/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila América, com sede e foro no município de Cornélio Procopio, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública também pode ser designada pela sigla AMVAB, conforme previsão do respectivo Estatuto Social. Desta forma, a fim de proceder a completa denominação da Associação, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA - PROJETO DE LEI Nº 141/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Vila América - AMVAB, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 889, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, esse requerimento é complementar aos pedidos que foram feitos para esclarecer a participação, diga-se de passagem, vitoriosa, demonstrou competência o Secretário Pissetti, na participação na campanha do Bispo Lugo. Veja que ele, de fato, demonstrou competência. Entendo que é necessário que possamos terminar de esclarecer esse tema aqui. Entendo que o requerimento do Deputado Marcelo Rangel está bem formulado e seja lá uma resposta objetiva da Secretária. Entendo que colocando um ponto final nesse tema, já que o Bispo ganhou a eleição mesmo. O Secretário Pissetti está “com a bola cheia”.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para dizer que esse requerimento vai elucidar o que o próprio Secretário disse, que iria devolver o salário que ele recebeu mesmo prestando serviço no Paraguai. Gostaríamos de saber se efetivamente ele acabou devolvendo esse salário. Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 906, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 933, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Já tinha dito que não iria votar esse projeto.

Requerimento nº 938, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para Encaminhar.

(Assentimento)

Quero retirar o regime de urgência, porque foi na verdade para provocar a votação. Já passou na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero encarecer a V. Exa. e agradecer ao Deputado Ney Leprevost, com quem conversamos hoje. O Deputado também conversa na segunda-feira, rapidamente, com a Comissão de Saúde, para que possamos apreciar essa matéria o mais rápido possível.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se fosse possível, Exa., que esse projeto viesse a entrar ainda na Ordem do Dia desta quarta-feira em 1ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já me comprometi com o Deputado Ney Leprevost para que segunda-feira esteja na pauta da Ordem do Dia. Acho que assim ganhamos tempo com isso, até porque é uma matéria de extrema importância para a Saúde do estado, e o Deputado Ney Leprevost, com responsabilidade, conversando com esta presidência, decidimos que votemos esta matéria na segunda-feira. Agradeço o entendimento de V. Exa.

Requerimento nº 888, de autoria do Deputado Pedro Ivo constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 889, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Presidência.**

Requerimentos nºs 907 e 941, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 898, de autoria dos Deputados Péricles de Mello e Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 900, 901 e 905, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 902, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 903 e 904, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 909, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 910 a 932, 946 e 947, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 939, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 940, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 943, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 944 e 945, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 950, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 959 a 961, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 962, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 964, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Ribas Carli Filho, Luiz Eduardo Cheida, Francisco Bühner e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 966 e 968, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 948, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Peço para discutir, embora eu tenha dito ao Deputado Marcelo Rangel que as informações requeridas por ele estão no site que a SANEPAR mantém eletronicamente na internet.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Mas não tem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se na forma regimental; na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Solicito aos Srs. Deputados que por gentileza permaneçam, porque teremos uma Sessão Extraordinária, logo a seguir, de extrema importância, principalmente com referência a questão do nosso salário-mínimo regional. Quêremos entregar ao Governo na data de amanhã, dentro do prazo, para que possa vigorar efetivamente a partir de maio. Lembrando que a Sessão de amanhã será às 10h.

Solicito ao Deputado Presidente da CCJ, Durval Amaral, que por gentileza faça uso da palavra.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas)

Comunicar que a Comissão de Constituição e Justiça fará uma reunião extraordinária, amanhã, às 9h, portanto antes da Sessão Plenária que deverá acontecer às 10h, na sala das comissões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Presidente Durval Amaral e a todos os membros de Comissão e Justiça, que em boa hora ajuda para que algumas votações importantes aconteçam nesta Casa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel, inscrito.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Utilizo hoje este horário, porque abordamos o problema gravíssimo do Instituto de Educação, na cidade de Ponta Grossa, através do Grande Expediente. Pedi um aparte ao Deputado Kielse, porque iria falar para ele que tenho o maior respeito pelo amigo, pelo Deputado e pelo Parlamentar, que é da base governista, que apoiou o Governador Roberto Requião, que ainda aposta em boas ações do Governo e faz parte dele. Por isso, digo que tenho o maior respeito por este Parlamentar, que não tem duas caras, que tem personalidade e tem o meu respeito.

A respeito também do problema grave do Instituto de Educação, que estamos passando na região de Ponta Grossa, e de outros colégios e instituições em todo o estado do Paraná, preciso falar que: dinheiro para fazer jornal, educação, o dia-a-dia melhor, que tem as mesmas ilegalidades e irregularidades do jornal Notícias do Paraná, cuja Justiça determinou através de liminar suspensão do serviço dos trabalhos, desse tipo de impressão, esse jornal também deveria colocar na primeira página ou então em outras fotos, as fotos terríveis do Instituto de Educação e hoje, às 08h38, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros estiveram no colégio para atender a um pedido de urgência dos professores e do Diretor, que estavam ilhados em uma sala, cujo teto teria desabado. Faz oito anos que falam aqui da tribuna que existe problema na Educação, que não se toma providências. Estou há um ano e poucos meses, falando praticamente a cada Sessão, sobre os problemas na área da Educação, que o Paraná enfrenta.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

O Deputado Kielse ocupou a tribuna de forma muito responsável, prestou esclarecimentos importantíssimos, em nome da Liderança do Governo, como Vice-Líder do Governo. O Deputado Marcelo Rangel não pode pretender aqui desqualificar o Parlamentar, falando pessoalmente dele, quando ele está exercendo uma liderança importantíssima nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para esclarecer que não cabe questão de ordem. V. Exa. pode, na Sessão Extraordinária, usar o tempo que precisar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria me inscrever para a próxima Sessão no Grande Expediente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 116/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 095, 128 e 136/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 30, às 10h, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 834/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 760/07, 075, 079, 095, 106, 111, 115, 128, 133, 136 e 141/08.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 040 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva 58 Presenças 58		Abertura da Sessão58 Ordem do Dia: Discussão/Votação Redação Final59 1ª Discussão59 Encerramento da Sessão 62
--	--	---

DIÁRIO Nº 040

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **29 DE ABRIL DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dezessete horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero inscrever-me no Grande Expediente da Sessão Ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/08, reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2008. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 116/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais) reproduzidas no Anexo I da presente lei, com fundamento no Inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14/07/00, no estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2008, será de:

I - R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais) para os Técnicos de Nível Médio correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - R\$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) para os Trabalhadores de Recuperação e Manutenção, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

V - R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais) para os Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores de Comércio em Lojas e Mercados, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações;

VI - R\$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º de maio.

Art. 2º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Art. 3º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário-mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 15486 de 01/05/07.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/08, propõe abertura de crédito especial ao orçamento geral do estado, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) para aplicação na Secretaria de Estado da Educação - SEED. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO, COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/08, de 18/03/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 095/08

Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 095/08 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do estado, aprovado pela Lei nº 15750, de 27/12/07, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) com criação do Grupo de Natureza de Despesas: Inversões Financeiras, na Dotação Orçamentária nº 4103.12361012151 - Infra-Estrutura a Apoio Logístico na Rede Escolar e ao Estudante Educação Básica. Servirá como recurso para cobertura do crédito, importância proveniente de cancelamento de dotação orçamentária.

Tal verba será utilizada para aquisição de dois terrenos localizados ao lado do Educandário de Santa Felicidade, no município de Curitiba.

A Secretaria de Estado de Obras Públicas do Estado do Paraná, realizou todos os laudos de avaliação necessária, nos lotes de terreno "B", com área de 4.446,00 m2 e lote de terreno "C", com área de 4.174,84 m2, no bairro Santa Felicidade, município de Curitiba.

Competência e previsão legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado.

Os artigos 65 da Constituição do Estado do Paraná, asseguram ao Governador de Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

O artigo 133. inciso II e III e 134 da Constituição Estadual, demonstra que a matéria tratada é de iniciativa recai sobre o Governador do Estado, devendo ser apreciado pela Assembléia Legislativa.

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias de caráter anual compreenderá:

17 - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do estado.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto de lei, é de competência administrativa do Governador do Estado, uma vez que trata crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, para cobertura do valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte cinco mil reais), será utilizado o crédito proveniente de cancelamento de dotação orçamentária, estipulada no anexo IV da referida lei.

O Governador de Estado tem competência privada resguardada pelo artigo 87, incisos IV e XIX, da Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizados pela Assembléia;

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelo Governador, pois o mesmo tem prerrogativa e competência para a proposição de lei estadual, para realizar operações de crédito.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice, na forma da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 01/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 095/08

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento dessa Casa, apresento a emenda supressiva ao artigo 3º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 01/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 095/08

P A R E C E R :

O presente projeto tem por objetivo propor abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 725.000,00 (Setecentos e vinte e cinco mil reais) para aplicação na Secretaria de Estado da Educação - SEED.

É de se destacar, inicialmente, que a proposta já foi aprovada na CCJ, atestando assim sua legalidade e constitucionalidade.

Cabe a presente Comissão analisar as proposituras com especificidade no que tange ao viés econômico-financeiro, conforme determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis. Sobre isso é de se ver que a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe disposições que devem servir de viga mestre para a atuação de todos aqueles que tratam com valores públicos, face o interesse público a ser atingido. Ademais, fez valorizar o sistema republicano, pela responsabilização dos agentes que atuarem em dissonância com o buscado para o trato da coisa pública.

Principiando esta análise, necessário se dizer que está sendo criada dívida para o estado do Paraná, afirmação que se corrobora no próprio texto da propositura, ante a criação de novo grupo de natureza de despesa. De imediato passa-se a leitura da Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange à criação de despesas:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Em vista disso, caberia ao autor do projeto trazer, como requisito indispensável, o modo de compensação para essa abertura. Inclusive, no projeto de lei diz-se que está sendo cancelada certa dotação, no artigo 2º do projeto de lei, asseverando que o cancelamento estaria listado no Anexo IV da proposta. Contudo, pela análise da documentação que se juntou aos autos, não se localiza o

citado Anexo IV. Ora, sendo assim, não se pode, nas condições que se encontra, perquirir sobre qual dotação foi cancelada, possibilitando a criação da nova despesa. Na mesma trilha pode ser lido na justificativa do projeto que “os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão”. Reitera-se que o disposto não pode ser visto no texto da proposta.

Assim sendo, e com vistas à melhor apreciação do projeto, embasando-se na Lei de Responsabilidade Fiscal, temos que a anexação da dotação a ser cancelada é providência indispensável para a aprovação do presente projeto nesta Comissão de Finanças. Face ao exposto, nosso parecer é pela devolução do projeto ao autor para que informe de modo preciso qual será a dotação cancelada, dando espaço assim para a criação de nova despesa para os cofres públicos.

Sala das Comissões, em 16/04/08.

(aa) EDSO STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 095/08

P A R E C E R :

De acordo com o parecer inicial, foram requisitados certos documentos, que já se encontram nos autos deste projeto de lei, atendendo assim ao requisitado pela lei.

Sendo assim, com a adoção da medida requisitada, temos que o projeto respeita todos os aspectos legais referentes à área financeira, sendo que deste modo nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) EDSO STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 095/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 095/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), para aplicação na Secretaria de Estado da Educação, com a criação do Grupo de Natureza de Despesas: Inversões Financeiras, na Dotação Orçamentária 4103.12361012151 - Infra-Estrutura a Apoio Logístico na Rede Escolar e ao Estudante - Educação Básica.

Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), será para a aquisição de dois terrenos, ao lado do Educandário Santa Felicidade, no município de Curitiba, para a conclusão de obras e implantação do Centro Estadual de Educação Especial.

Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes do cancelamento de dotação do próprio órgão, proveniente de cancelamento de natureza de despesa 44905200 (equipamentos e material permanente) passando para acréscimo da natureza de despesa 45906100 (aquisição de imóveis).

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade nas duas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

Art. 135 São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28/04/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Os Seresteiros de Maringá, Cidade Canção, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/08, de 02/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 128/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Os Seresteiros de Maringá, Cidade Canção, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/08, de 08/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 136/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro em Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor *revogadas as disposições em contrário*, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo,

prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 03/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 136/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 03/04/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 30, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia distribuída aos Srs. Parlamentares.

Levanta-se a Sessão.

